



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**

**Caroline dos Santos Spindola - 745744
Hugo Luiz Cardoso dos Santos - 745415
Maria Eduarda Trento Vieira - 745424**

**O modo de organização social como dimensão formativa da
subjetividade**

São Carlos
Março - 2022

Caroline dos Santos Spindola - 745744
Hugo Luiz Cardoso dos Santos - 745415
Maria Eduarda Trento Vieira - 745424

O modo de organização social como dimensão formativa da subjetividade

Monografia apresentada à Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para conclusão do curso de graduação em Bacharelado em Psicologia
Orientadora: Prof^a Dra. Giselle Modé Magalhães.

São Carlos
Março - 2022

Sumário

1. Apresentação inicial	4
2. Introdução e justificativa	7
3. Objetivos	9
4. Método de pesquisa	9
a. Perguntas de pesquisa	10
b. Seleção teórica para análise.....	11
c. Procedimento de pesquisa.....	12
5. Resultados e discussão.....	12
5.1 A Neuropsicologia e o desenvolvimento do sujeito social.....	13
5.2 Donald Woods Winnicott.....	18
5.2.1 Teoria do desenvolvimento Paterno-Infantil.....	18
5.2.2 O paradoxo de Winnicott e os objetos transicionais.....	22
5.2.3 O Brincar e a Realidade.....	25
5.3 Jacques-Marie Émile Lacan	28
5.3.1 Complexos familiares.....	29
5.3.2 Estádio do espelho e os registros.....	31
5.3.3 Alienação e Separação	32
5.3 Lacan e o capitalismo	34
5.4 Aproximações e distanciamentos da Psicologia tradicional e a Psicologia crítica....	37
6. Considerações finais.....	41
7. Referências bibliográficas.....	42

Resumo

A psicologia enquanto ciência que visa a compreensão e o cuidado das angústias e sofrimentos humanos, criada dentro do sistema capitalista, pode se perder nessa tarefa ao não considerar a totalidade dos sujeitos e as implicações sociais dos determinantes concretos da vida durante sua atuação e pesquisa. Entende-se enquanto Psicologia Tradicional, as vertentes que individualizam e propõe o desenvolvimento enquanto resultado de processos internos ao sujeito. Em contrapartida, a Psicologia Crítica compreende que há uma relação dialética entre o sujeito e o meio social. Com base nessas concepções, o presente trabalho objetiva analisar como alguns autores da Psicologia Tradicional (Neuropsicologia, Winnicott e Lacan) compreendem e postulam a influência do modo de organização e produção social no processo de construção da subjetividade humana. A partir da leitura desses autores e seus comentadores, busca-se encontrar aproximações e distanciamentos entre essas psicologias. Esse movimento, possibilitado pelo pensamento crítico das produções teóricas, se faz necessário dada a formação acadêmica para atuação e pesquisa dos futuros profissionais da área. A atividade profissional, seja ela qual for, precisa ser mediada e atravessada por questões sociais, culturais e históricas, para que não seja alienante.

1. Apresentação Inicial

A esse relatório no formato de Monografia para conclusão do curso de Bacharel em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) compete escrevermos uma breve apresentação da trajetória do grupo de pesquisa que esse trabalho é fruto. Muitas dificuldades e questionamentos sobre o modo de produção científica surgiram ao longo da trajetória nas quatro disciplinas de pesquisa do curso de Psicologia, exigindo-nos um determinado nível de resiliência, criatividade e inventividade para completar as etapas do projeto.

Nesta direção, para que nosso leitor possa compreender as determinações envolvidas em nossas escolhas de pesquisa, apresentamos o percurso deste grupo desde a primeira proposta de trabalho até a realização da presente pesquisa. Inicialmente, faz-se relevante apontar que a orientadora desta pesquisa faz parte do corpo docente do Departamento de Educação da UFSCar, e que as graduandas conheceram a orientadora em uma disciplina optativa sobre *desenvolvimento psíquico e processos educativos* oferecida tanto para o curso de psicologia como para o curso de pedagogia. Foi a partir das discussões realizadas na disciplina, cuja base teórica parte do materialismo histórico-dialético e da psicologia histórico-cultural, que este grupo de pesquisa se formou em 2019.

Após o contato inicial com a orientadora e os procedimentos formais de vinculação da orientadora ao corpo de orientadores de monografia do curso de psicologia, as graduandas apresentaram grupos e temáticas com as quais desejavam trabalhar, quais sejam: a população trans, travesti e não-binária, militantes da luta coletiva pela terra e pré-vestibulandos. O objetivo inicial do grupo era compreender o que aproximava e distanciava cada uma dessas populações, a partir da escuta e produções artísticas de seus representantes, em uma cidade do interior de São Paulo.

Antes de elaborar o projeto de pesquisa, o grupo se atentou para os questionamentos da orientadora desta pesquisa sobre como se produz ciência atualmente no Brasil - de forma fragmentada e alinhada às demandas produtivistas da academia - e optou-se por fazer uma pesquisa coletiva, ou seja, um único projeto a ser desenvolvido com diferentes grupos sociais e que desse conta de articular os interesses individuais das pesquisadoras com os interesses coletivos do grupo, além, é claro, de buscar responder problemas que de fato fossem demandas da prática social. Esse modo de pensar o fazer científico deu início a reuniões para acordar entre o grupo uma temática central a ser pesquisada de comum acordo, onde o empenho maior não fosse a análise isolada de subtemas, mas sim a construção do

conhecimento em suas dimensões universais e particulares, a partir da singularidade deste grupo.

Inicialmente debruçamo-nos sobre os conceitos de Personalidade e Concepção de Mundo, de Lídia I. Bozhovich (1981), e decidimos compreender a formação da concepção de mundo de diferentes atores sociais (população trans, travesti e não-binária, militantes da luta coletiva pela terra e pré-vestibulandos). A história de vida e interesses pessoais de cada autora do projeto tiveram influências diretas na escolha do tema, numa tentativa de tensionar uma aparente relação de neutralidade entre pesquisador e sujeito da pesquisa. Nesse momento chegamos à pesquisa “A formação da concepção de mundo de adolescentes mediada por particularidades de grupos sociais distintos em uma cidade do interior de São Paulo”. A metodologia de pesquisa escolhida para a coleta de dados foi a de grupos focais, estruturados em 6 encontros com temáticas diferentes, que seriam realizados da mesma forma com distintos grupos, um composto por transsexuais, travestis e não-binários, outro por adolescentes militantes do direito à terra e outro por adolescentes pré-vestibulandos. O objetivo maior era evidenciar como cada grupo demonstra diferenças na concepção de mundo e personalidade a partir das possibilidades concretas de suas histórias de vida.

Entretanto, ao concluirmos a metade do caminho a ser traçado pela pesquisa, - escrevemos o projeto de pesquisa e obtivemos autorização do Comitê de Ética em Pesquisas da UFSCar - quando iríamos efetivamente buscar participantes e realizar os encontros dos grupos focais, fomos surpreendidas pela pandemia do novo coronavírus, COVID-19. A necessidade de isolamento social e a impossibilidade ética de promover um encontro em grupo que garantisse a segurança sanitária de todos os participantes fez com que a pesquisa fosse interrompida sem previsões otimistas de retomada.

Somente após um longo período sem avanços ou perspectivas de melhoria do cenário sanitário do Brasil e da cidade de São Carlos, decidimos retomar nossos encontros de forma remota. A partir desses encontros, surgiu a necessidade de reavaliar nossa metodologia de pesquisa, e duas opções surgiram viáveis: a adaptação dos grupos focais ao modelo online ou a construção de uma pesquisa teórica. Tendo em vista a baixa adesão de participantes ao modelo online de grupos focais e a evidenciação de que alguns grupos sociais teriam menos acesso à tecnologia do que outros, concluiu-se que seria impossível realizar a pesquisa sem que houvesse um enviesamento dos dados.

Toda pesquisa é posicionada dentro de um contexto social e histórico e o estudo apresentado neste documento reflete uma pequena parcela das angústias e dificuldades vividas durante a Pandemia de COVID-19. A pesquisa apresentada por este documento

posiciona-se em um contexto de preocupação com a vida de nossa comunidade, por esse motivo foi transformada e adaptada para uma pesquisa de cunho teórico.

Ao focar nossos esforços em produzir uma pesquisa teórica, objetivamos garantir nosso aprendizado como alunas do curso de Psicologia da UFSCar, a geração de conhecimento e contribuições para a ciência psicológica e a segurança das envolvidas na pesquisa. Em um momento de crise em seus mais diversos significados, decidiu-se por aprofundarmos o debate da “Crise na Psicologia” em busca de uma psicologia que reflita sobre os momentos históricos, contextos sociais, condições psicológicas e fisiológicas, e que concretamente coloque essas variáveis em relação dialética e não somente como partes de um todo. Espera-se que nem a psicologia fuja dos olhares da psicologia e que a análise que estamos propondo faça a psicologia alcançar novos locais de elaboração.

É a partir deste histórico que apresentamos abaixo a pesquisa que efetivamente realizamos após muita conversa, troca e apoio afetivo entre as integrantes deste grupo de pesquisa.

2. Introdução e justificativa

A Psicologia enquanto ciência, como qualquer conhecimento humano, precisa ser compreendida dentro do contexto histórico que a produziu, não é possível descolar de sua época as respostas que esta ciência visa encontrar. Isso significa que cada momento histórico e seus problemas sociais demandam determinadas respostas do conhecimento científico, vide o momento atual em que todos os esforços se voltam para o controle da pandemia do COVID-19.

Assim, em seu surgimento, sob o sistema econômico capitalista, a psicologia tinha como demanda a proposição do indivíduo como centro de análise, sendo a individualidade, livre-arbítrio mercantil e a liberdade fomentadores da construção subjetiva. Desde então, a noção de sujeito esteve relacionada com a ilusão de liberdade capitalista que propunha o ser humano como um ser livre que faz escolhas para se construir subjetivamente, cujos sofrimentos psíquicos seriam unicamente causalidade dessas escolhas e precisariam ser resolvidos no âmbito da individualidade de cada um/a.

Essa concepção de sujeito, encontrada no que chamamos de psicologia tradicional, compreende o Homem como um ser universal e natural, ou seja, como afirma Bock (2004), dotado de capacidades e características da espécie que desenvolvem-se quando inseridos em um meio adequado. E o que é mais importante, cabe a este sujeito a responsabilidade e liberdade pelo seu pleno desenvolvimento. Concepção de Homem esta que não só ainda direciona muitas pesquisas dentro da psicologia atualmente, como tem se intensificado em correntes não-científicas de autoajuda, por exemplo.

Segundo Carvalho (2020), a psicologia tradicional funda-se em quatro pressupostos: “a) a ideia de que o psíquico existe sob forma elementar ou atomística; b) a noção de que o psíquico resulta de processos internos; c) a concepção de que o psíquico pode ser apreendido imediatamente; e d) o postulado da convencionalidade do significado” (CARVALHO, 2020, p. 331). Essa atomização e absolutização dos fenômenos psíquicos, conforme o mesmo autor, separou a experiência subjetiva e o sofrimento humano dos processos do mundo, analisando-os como finitos em sua individualidade.

Estamos certos de que a experiência humana e a sociedade estão em pleno movimento e em constante transformação, modificando também a nossa própria natureza humana, o que aponta para a nossa discordância com a psicologia tradicional. Desta forma, partimos de uma concepção materialista, histórica e dialética da realidade para adentrar no delicado debate acerca da explicação sobre as determinações culturais na constituição do indivíduo. Como a

psicologia tradicional compreende a relação entre o modo de organização social e a formação da subjetividade humana? O modo de organização social é uma dimensão formativa da subjetividade para esta psicologia? Como os autores explicam a referida dimensão? Estas são perguntas que nortearam este trabalho e que buscamos responder a partir da leitura de três importantes vertentes da psicologia tradicional, quais sejam: psicanálise lacaniana; Winnicott; neuropsicologia.

Este é um debate que nos importa pelas suas consequências em nossas ações na realidade objetiva. A forma com que psicólogos/as entendem os fenômenos psicológicos têm impacto direto sobre a sua atuação profissional, seja qual for esse campo. Assim como também impactam o engajamento do psicólogo/a nas lutas pela transformação dessa realidade que, em alguma instância, é fonte de sofrimento para os indivíduos.

Canguilhem (1956) aponta que as diferentes formas de compreensão da experiência humana acabaram por criar diversas formas de apresentação da ciência psicológica, e que essa diversidade de compreensão do mundo, do sujeito e da subjetividade ainda gera problemas metodológicos e de objeto. É certo que não há abordagem da psicologia que desconsidere a relação do sujeito com o seu ambiente, porém diversos conceitos são usados para explicar a referida relação, e cada abordagem colocará ênfase em determinado objeto, podendo ser restrito ao mundo interno (como na Psicanálise) ou priorizar estruturas fisiológicas (como na Teoria Cognitivo-comportamental). Embora a psicologia seja uma ciência que busca estudar o sujeito Homem, o faz sob distintas perspectivas e enfoques, promovendo a fragmentação do que se propõe como ciência unitária (CARVALHO, 2020).

Destarte, uma compreensão parcial ou abstrata dos fenômenos psicológicos pode contribuir para concepções que fogem à totalidade e concretude deles. Carvalho (2020) destaca que para Politzer, assim como para Vigotski, as variadas abordagens da psicologia para um mesmo fenômeno não demonstraram uma riqueza da psicologia, mas sim a sua própria letargia em se consolidar como uma ciência.

Para Vigotski (1991), o problema da psicologia não é a escolha de seu objeto, mas sim o método das investigações tradicionais que recortam e fragmentam a totalidade da constituição psíquica. Sendo assim, o caminho para a análise concreta dos fenômenos psicológicos passa por abordá-los pela dialética materialista, trazendo para a análise as determinações históricas e sociais da subjetividade. Ou seja, a organização social em que estamos inseridos faz diferença na formação da subjetividade humana.

Dito isto, a fim de atingir os objetivos propostos, investigaremos em três correntes da psicologia tradicional a forma como explicam a relação entre o modo de organização social e

a formação da subjetividade humana. Como contraponto, apresentamos a investigação histórico-dialética dos fenômenos psíquicos como caminho metodológico mais seguro na construção de uma psicologia concreta.

3. Objetivos

Investigar em três autores da psicologia tradicional a forma como explicam a relação entre o modo de organização social e a formação da subjetividade humana, tendo em vista que tal compreensão tem implicações para a prática profissional do/a psicólogo/a, assim como no seu engajamento em lutas sociais que visem a transformação das condições de vida de todos/as.

4. Método de pesquisa

Como já sinalizado na introdução deste trabalho, partimos aqui do materialismo histórico-dialético como método de pesquisa. Isso significa que esta pesquisa se insere em uma compreensão mais ampla sobre as relações sociais e a produção do conhecimento científico. O método, como já apontava Vigotski (1995), é o arcabouço interno das investigações dentro de um campo de conhecimento. É ele que sustenta a forma como nos aproximamos da realidade objetiva e orienta o caminho do pensamento em direção à verdade científica.

No caso de uma pesquisa teórica, temos como objeto de pesquisa um conjunto de abstrações da realidade categorizadas, estudadas e escritas através da atividade científica dos autores. O investigador/pesquisador trabalha com a ferramenta intelectual de manusear um conjunto de abstrações (MARTINS & LAVOURA, 2018). Ou seja, partimos de abstrações já realizadas para problematizá-las e buscar novas sínteses também abstratas, mas não podemos perder de vista que são abstrações que advém sempre da realidade concreta e a ela retornam, orientando nossas ações enquanto sujeitos sociais.

Optamos pela realização de uma pesquisa teórica, uma vez que este é um dos possíveis caminhos para compreender e enfrentar confusões conceituais num determinado campo de estudo (LAURENTI, LOPES & ARAÚJO, 2016) — neste caso, a Psicologia. Essa análise teórica evidencia “ambiguidades, contradições, lacunas, imprecisões, excessos, insuficiências, falácias, contrassensos dos projetos de psicologia” (LAURENTI, LOPES & ARAÚJO, 2016, p. 9) que tentam preencher as deficiências teóricas encontradas nas diversas ramificações dentro da Psicologia.

Além disso, a pesquisa teórica também tem seus efeitos em outros campos. Na atuação acadêmica, por exemplo, esse tipo de pesquisa pode contribuir para a diminuição de uma visão dogmática do saber, muitas vezes utilizada na defesa de uma teoria como a “mais verdadeira” numa tentativa de dar sentido à pluralidade muitas vezes caótica das perspectivas psicológicas. Outro campo que também se beneficia das pesquisas teóricas é o da pesquisa empírica, uma vez que aquela fornece importantes reflexões e corpo conceitual. Finalmente, e também alinhado com a nossa proposta neste trabalho, a pesquisa teórica tem os seus efeitos na prática profissional, fornecendo orientações e justificativas aos profissionais durante a escolha e aplicação de abordagens e técnicas interventivas, podendo fornecer sentido e significado às ocorrências encontradas em campo (LAURENTI, LOPES & ARAÚJO, 2016).

Dessa forma, entendemos que a pesquisa teórica na Psicologia pode ajudar a explicar a pluralidade teórica encontrada nesse campo, evidente também nas áreas de atuação do psicólogo (LAURENTI, LOPES & ARAÚJO, 2016).

a. Perguntas de pesquisa

A partir das possibilidades de análise proporcionadas pela pesquisa teórica, influenciadas pelas inquietudes surgidas no tema de pesquisa anterior (Concepção de mundo em adolescentes) e o momento simbólico do final da graduação, as pesquisadoras do presente estudo optaram por investigar e construir uma compreensão mais acurada acerca das diferenças essenciais entre a Psicologia Tradicional e a Psicologia Crítica, como já apresentado na introdução deste trabalho.

Dada a extensão do tema, as pesquisadoras realizaram um recorte conceitual para compreender como a psicologia tradicional compreende a influência do modo de organização social na constituição da subjetividade humana, já que esta é uma questão central para a psicologia crítica, aqui representada pela psicologia histórico-cultural. As reflexões sobre a diversidade de teorias e metodologias sobre o mundo, o sujeito e a construção da subjetividade nos levaram a pensar sobre três perguntas que guiaram as discussões e análises deste trabalho, quais sejam:

a) Como a psicologia tradicional compreende a relação entre o modo de organização social e a formação da subjetividade humana?

b) O modo de organização social é uma dimensão formativa da subjetividade para esta psicologia?

c) Como os autores explicam a referida dimensão?

b. Seleção teórica para análise

Conforme destacado por Martins e Lavoura (2018), em uma pesquisa teórica com base no materialismo histórico dialético, o investigador possui papel ativo na execução da metodologia, entretanto, é o objeto que determina os caminhos investigativos dos conceitos abstratos. Tendo como objeto de estudo três aportes teóricos da psicologia tradicional, as obras foram selecionadas para análise pela sua potencialidade em responder às perguntas desta pesquisa. Em outras palavras, buscou-se encontrar textos de Lacan, Winnicott e da neuropsicologia que pudessem indicar como tais correntes teóricas compreendem a relação da formação da subjetividade com o modo de organização social.

Nesta mesma direção, para comparação e argumentação com a psicologia tradicional, selecionamos textos da psicologia histórico-cultural como representativos da psicologia crítica. Trabalhamos inicialmente com dois autores: Lev Vygotsky e Leontiev, ambos fundamentados no Materialismo Histórico-Dialético.

Assim, os textos da área da neuropsicologia foram escolhidos pelo seu impacto no campo, a relação com o problema de pesquisa, e a atualidade dos conceitos. Assim, os estudos selecionados contemplaram a introdução ao tema da Neuropsicologia (suas definições, fundamentos e história do desenvolvimento da área no Brasil e no mundo), e aprofundamentos na área da Neuropsicologia Social buscando os conceitos mais discutidos nesse campo. Esse processo nos levou, por fim, à busca por fundamentação sobre Neurociência Social e Cognição Social.

Os textos da área de psicanálise Winnicottiana foram escolhidos com base em sua historicidade e relevância na teoria de Donald Winnicott. Envolveram um ensaio que dá início a teoria do desenvolvimento do autor, “Desenvolvimento Emocional primitivo” (1945). Em seguida o livro “O ambiente e os processos de Maturação” (1983), que faz um apanhado dos textos de Winnicott de forma cronológica, e foram trabalhados especificamente os capítulos 3, 4 e 5. Por último, a leitura e análise de capítulos do livro “O Brincar e a Realidade” (1975), responsável por fazer grandes avanços e atualizações sobre a teoria do autor, além de dar enfoque prioritário na importância do contexto social dentro do desenvolvimento. Os textos foram escolhidos pela importância na construção do pensamento winnicottiano desde o ponto de partida até um corpo teórico mais solidificado, assim seria possível traçar um caminho histórico e teórico da construção do pensamento de Winnicott.

Para o aprofundamento do tema da construção subjetiva na obra de Jacques Lacan (1901-1981) foram consultados alguns estudiosos da área que orientaram conceitos específicos que poderiam auxiliar as pesquisadoras nos objetivos do trabalho. Dada a

inexperiência do grupo nas leituras de Lacan, optou-se por acessar seus comentadores atuais, visando uma compreensão mais acurada de suas teorias. Dessa forma, a partir da importância que a linguagem e as relações iniciais possuem na obra do autor para a construção da subjetividade, foram selecionados textos que apresentassem uma investigação minuciosa dos seguintes conceitos: Estádio do espelho, Alienação, Separação, complexos familiares e sua relação com os estudos sociais do sistema capitalista, a partir de Karl Marx.

c. Procedimentos de pesquisa

Para atingir os objetivos propostos, cada integrante deste grupo de pesquisa dedicou-se a uma vertente da psicologia tradicional, fazendo as leituras e sínteses dos materiais selecionados. Assim, destacou-se os principais conceitos encontrados na psicanálise lacaniana, em Winnicott e na neuropsicologia e apresentou-se para o grupo de pesquisa, o qual debateu os conceitos conjuntamente à medida que buscava-se responder às perguntas de pesquisa acima apresentadas.

Ou seja, amparadas por Martins e Lavoura (2018), realizou-se um levantamento sobre os principais conceitos das teorias que se relacionam com o objeto de pesquisa e seus significados, explicitou-se as relações internas dos conceitos dentro das obras, descreveu-se a importância dada ao modo de organização social para cada autor e operacionalizou-se uma síntese da teoria. A partir disso foi possível captar o movimento de abstração feita pelas obras da Psicologia Tradicional tensionando-as com o processo abstrativo da realidade concreta empregado pelo materialismo histórico-dialético.

5. Resultados e discussão

Os resultados apresentados aqui se referem aos conceitos encontrados nas teorias selecionadas e que podem nos ajudar a responder às perguntas inicialmente feitas. Cabe nessa seção apresentar sucintamente a influência e importância que esses campos teóricos dão ao modo de organização social e suas produções coletivas para construção da subjetividade. Inicialmente, apresentaremos um recorrido acerca da Neuropsicologia e sua compreensão de como o cérebro humano apreende e processa as informações e estímulos do meio. A seguir, traremos uma perspectiva psicanalítica do assunto: a teoria de Winnicott e seu entendimento da relação do infante com o meio que o cerca, inicialmente, o cuidador primário; e a construção de Lacan por meio dos complexos familiares e seu retorno à Freud.

Buscaremos mencionar as análises dessas correntes psicológicas e realizar uma leitura a partir de como constroem o conhecimento considerando, ou não, a influência dos modos de produção e organização social. Para na sequência, apresentar uma breve síntese acerca da compreensão da Psicologia crítica, a partir da Psicologia histórico-cultural.

5.1 A Neuropsicologia e o desenvolvimento do sujeito social

Não há um conceito único para definir o campo da Neuropsicologia. As definições têm origem de diversas áreas de investigação e atuação e se complementam, sendo a Neuropsicologia um campo que conecta e se relaciona com inúmeras disciplinas. Dessa forma, a Neuropsicologia se define como uma disciplina clínica e aplicada, focada em identificar e avaliar déficits cognitivos de pacientes que sofreram lesões cerebrais e formular programas de reabilitação neuropsicológica, e também uma disciplina neurocientífica, buscando estabelecer “correlações anátomo-clínicas, possibilitando uma melhor compreensão acerca das operações elementares, da dinâmica e da plasticidade das funções cognitivas” (HAZIN, FERNANDES, GOMES & GARCIA, 2018, p. 1139). Essa pluralidade de definições e atuações se converge, contudo, num mesmo objetivo: entender como a atividade cerebral se relaciona com a expressão de comportamentos observáveis (BEAUCHAMP, 2017).

Antes de adentrarmos na atualidade do campo neuropsicológico, um breve histórico se faz necessário para entendermos as mudanças metodológicas que marcaram essa área. A Neuropsicologia tem o seu início no final do século XIX com as teorias associacionistas. Nessa época, as descobertas de Paul Broca traziam revelações sobre a capacidade de fala e o impacto de lesões cerebrais em áreas correlacionadas à expressão da linguagem. (HAZIN et al., 2018)

Entre 1905 e 1940, tivemos o chamado “período pré-científico”, com estudos que criticaram a falta de objetividade na observação do comportamento, além de apontarem fragilidades nas evidências para identificar as localizações de componentes cerebrais. Nesse momento, as influências de Freud deram origem a um movimento antiassociacionista, que rejeitava a teoria de localização dos componentes cerebrais relacionados à linguagem. Além disso, tivemos influências da Psicologia *Gestalt*, que defendia que os processos mentais não podiam ser quebrados em subprocessos independentes, uma vez que a expressão do fenômeno todo é mais complexa do que a expressão individual dos processos cognitivos que a compõem. (HAZIN et al., 2018)

Entre 1945 e 1970, desenvolveram-se estudos experimentais com amostras amplas e aplicação de testes psicológicos. Esses estudos trouxeram metodologias psicométricas que tinham como objetivo comparar dados de pessoas com lesões cerebrais e indivíduos saudáveis, a fim de correlacionar alterações cognitivas e comportamentais com lesões em determinadas áreas cerebrais. (HAZIN et al., 2018)

Depois desse período, surge a Neuropsicologia Cognitiva, apresentando modelos teóricos sobre o processamento de informações em indivíduos saudáveis. Atualmente, o campo da Neuropsicologia tem se desenvolvido ainda mais com o uso de técnicas de neuroimagem, que fornecem uma forma de investigar as atividades cerebrais enquanto o sujeito realiza determinadas tarefas cognitivas (estudo do cérebro *in vivo*). Estudos mais recentes têm trabalhado de forma a identificar redes neurais de certos processos cognitivos. (HAZIN et al., 2018)

Nota-se que as mudanças metodológicas no campo da Neuropsicologia tentaram responder às críticas de cada período. Embora esse campo tenha feito avanços em relação ao estudo dos componentes cerebrais e cognitivos, questiona-se como se dá a relação entre esses componentes e as determinações sócio-culturais na constituição do indivíduo. Dessa forma, resolvemos nos aprofundar em uma das ramificações da Neurociência: a Neurociência Social. Assim, consultamos determinados autores e trabalhos de referência do campo, buscando compreender como essa ramificação explica as relações entre as funções cognitivas, os aspectos históricos e culturais, e o desenvolvimento do sujeito enquanto um ser social.

Define-se a Neurociência Social como um campo interdisciplinar que busca compreender como o cérebro faz a mediação das interações sociais de um indivíduo. Em seu livro, *Fundamentals of Human Neuropsychology (Seventh Edition)*, Kolb & Whishaw (2015) trazem uma pequena e breve seção sobre esse campo, explicando os impactos das lesões cerebrais no comportamento social de primatas e humanos. Os autores esclarecem, por exemplo, que lesões frontais e temporais resultam em déficits na produção e na percepção de expressões faciais, no discurso social, na interpretação de emoções em contextos sociais específicos, e podem causar mudanças na personalidade. Dessa forma, parece que esses estudos da Neurociência Social de fato seguem algumas premissas da Neuropsicologia ao estudarem os efeitos de lesões cerebrais nos comportamentos observáveis, mas ainda carecem em aprofundar nas explicações sobre o desenvolvimento social do sujeito.

No referido livro, Kolb & Whishaw (2015) também explicam as chamadas *Networks* Sociais e Neurais. Para isso, eles apresentam uma série de estudos realizados com o objetivo de identificar quais regiões cerebrais estão conectadas ao comportamento social. Os autores

apontam o papel de diversas *Networks*. Dentre elas, temos as “Redes da Amígdala”, que funcionam no “desencadeamento de respostas emocionais e detecção de estímulos socialmente relevantes” (KOLB & WHISHAW, 2015, p. 570, tradução livre). A “Rede Mentalizadora” apresenta diversas estruturas cerebrais relacionadas ao processo de pensar sobre o estado interno de outras pessoas para a compreensão de suas ações. A “Rede da Empatia” é composta por estruturas que são ativadas quando os indivíduos se simpatizam com outros, podendo “atribuir intenções aos outros, algo que nós humanos fazemos automaticamente” (KOLB & WHISHAW, 2015, p. 570, tradução livre).

Ainda segundo os autores, a Neurociência Social aponta que os seres humanos estão conscientes de ações e intenções alheias, assim como estão conscientes acerca de si mesmos. Estudos nessa área trazem duas redes neurais (compostas por estruturas do lobo frontal) que podem estar relacionadas com a geração do *self*, uma vez que humanos e primatas são capazes de se reconhecerem em espelhos. Esse processo de reconhecimento ativa regiões cerebrais que também parecem relacionar a autopercepção e estados mentais associados do *self* e do outro. (KOLB & WHISHAW, 2015)

Apesar de ser um livro de referência na área da Neuropsicologia, a seção destinada à Neurociência Social parece demasiadamente sucinta, de modo que não foi possível compreender como se dá, exatamente, a relação entre os componentes cerebrais e cognitivos e as determinações históricas, sociais e culturais de cada indivíduo.

Diante dessa lacuna teórica, debruçamo-nos no artigo de outra autora de referência do campo, Miriam H. Beauchamp, intitulado *Neuropsychology's Social Landscape: Common Ground With Social Neuroscience*. Nesse artigo, Beauchamp (2017) esclarece que a Neurociência Social enfatiza os fatores biológicos mais do que os processos interpessoais e grupais, mas, em algum nível, ainda considera ambos para compreender os fenômenos sociais.

Beauchamp (2017), então, destaca uma das teorias da Neurociência Social para tentar explicar a relação entre os componentes cerebrais e as determinações sociais de cada indivíduo. Essa teoria de destaque aponta que os indivíduos têm um “Cérebro Social”, ou seja, uma rede de estruturas neurais que estão envolvidas no processamento de estímulos e habilidades sociais. Essa teoria foi, a princípio, desenvolvida para explicar a diferença entre tamanho e complexidade do cérebro de primatas quando comparados com outros vertebrados. Essa explicação se dá do ponto de vista evolucionista, de forma que a estrutura e o tamanho cerebral diferenciados provavelmente são resultado de evoluções desses primatas quando inseridos num contexto de sistemas sociais complexos (BEAUCHAMP, 2017).

Para Beauchamp (2017), a relevância do Cérebro Social para a Neuropsicologia se dá pelo histórico de estudos que descrevem as associações entre o cérebro e o comportamento, apontando e localizando as funções cerebrais. A autora indica que, enquanto a Neuropsicologia não deve ser reduzida à ciência da localização, saber que os processos cognitivos sociais podem ser rastreados a essas localidades garante que lesões cerebrais ou outras disrupções, adquiridas ou desenvolvidas, podem causar mudanças observáveis nas habilidades cognitivas e sociais de indivíduos. Essas mudanças, uma vez detectadas através de avaliações neuropsicológicas, podem ser trabalhadas através de intervenções.

Beauchamp (2017) também traz informações sobre o estudo das estruturas que compõem o “Cérebro Social”. Ela explica como cada estrutura dessa rede foi estudada separadamente numa tentativa de explicar suas funções e como estão associadas a aspectos da chamada Cognição Social, cujas definições são múltiplas, mas convergem em pontos semelhantes: a habilidade em perceber e compreender informações sociais e se comportar diante delas. Chamamos atenção aqui para o estudo separado das estruturas dessa rede e nos questionamos a efetividade desses resultados em explicar, na concretude e na totalidade, o processo de desenvolvimento e formação do indivíduo enquanto sujeito social.

Numa tentativa de explicar esse desenvolvimento, Beauchamp (2017) traz diversas teorias e modelos sociais do campo da Neuropsicologia. Dentre estes, destacam-se três modelos. O primeiro deles é o Modelo Heurístico, criado por Yeates e seus colegas em 2007, com foco em crianças com distúrbios cerebrais. Para esse modelo, as habilidades cognitivas de determinado indivíduo determinam seus estilos de interação social (ex: agressivo, retraído, afiliativo) e ajuste social. Ao mesmo tempo, essas habilidades cognitivas são influenciadas por fatores de risco, resiliência, estilo parental/familiar e status socioeconômico. (BEAUCHAMP, 2017).

Outro modelo explicado por Beauchamp (2017) é o Modelo SOCIAL (Modelo Sociocognitivo de Integração de Atitudes, em tradução livre). Para esse modelo “biopsicossocial”, as bases biológicas (ex: desenvolvimento cerebral), as habilidades sócio-cognitivas, os fatores internos (ex: temperamento, personalidade) e os fatores externos (ex: cultura, status socioeconômico) medeiam o funcionamento social de populações saudáveis. Segundo Beauchamp (2017), esse modelo apresenta uma proposta de interação dinâmica que determina a competência social de um indivíduo, e aponta que mudanças em quaisquer níveis do modelo podem resultar em alteração no funcionamento social de indivíduos. (BEAUCHAMP, 2017)

Por fim, outro modelo de destaque mencionado pela autora é o modelo de Cassel e colegas, de 2016. Esse modelo detalha diversos processos que podem estar envolvidos na Cognição Social, apresentando explicações desde a percepção inicial de pistas sociais até a produção de respostas numa situação social. Além disso, o modelo apresenta diversos fatores paralelos que podem interferir nesse processo de comportamento social (percepção de estímulo e produção de resposta), tais como doenças e ferimentos, habilidades motoras, contextos sociais, e estado de humor (BEAUCHAMP, 2017)

Apesar desses modelos considerarem alguns fatores sociais internos e externos que se relacionam com os componentes cerebrais e cognitivos, ainda parecem faltar explicações concretas sobre como se dão essas relações. Essa também parece ser uma conclusão similar para Beauchamp, que, ao final de seu artigo, reconhece que os processos sociais e cognitivos, assim como suas manifestações, são complexos e devem ser incorporados nos estudos científicos, diagnósticos, e de reabilitação. Ela aponta que a Neuropsicologia deve considerar a ideia de que os indivíduos e o meio ambiente são partes de um sistema único, e afirma que “a Cognição Social e seus fundamentos biológicos não podem ser separados dos contextos ambientais e experienciais que tornam os seres humanos seres sociais.” (BEAUCHAMP, 2017, p. 994. Tradução livre.)

Apesar de Beauchamp (2017) nos fornecer explicações um pouco mais aprofundadas sobre a relação entre aspectos sociais e os estudos da Neuropsicologia, ainda encontramos bastante fragmentação nesse campo, uma vez que descrevem a relação entre condições sociais e cérebro, mas não explicam como efetivamente ela acontece. Considerando os estudos consultados, ao mesmo tempo em que o modo de organização social parece ser dito como um dos componentes formativos da subjetividade para a Neuropsicologia, essa área ainda carece de explicações concretas e não-fragmentadas para explicar a formação da subjetividade humana. Dessa forma, o mesmo desafio ainda se faz presente: como relacionar, de forma concreta, as explicações sobre o desenvolvimento das estruturas cerebrais, as funções cognitivas, e o papel de aspectos históricos, sociais e culturais na formação da subjetividade humana?

Como solução para esse desafio e sem definir precisamente o termo, Hazin *et al.* (2018) propõe o que denomina de abordagem dialética para superar as dicotomias,

possibilitando a emergência de uma neuropsicologia que contribua com as políticas públicas, que produza e implemente conhecimentos que atinjam as diferentes populações, tais como as indígenas, quilombolas, dos sertões e das metrópoles, dentre outras. Uma neuropsicologia que caminhe de mãos dadas com o país e que, no interior de sua interdisciplinaridade, forneça a sua parcela de contribuição para a diminuição das desigualdades sociais, através de interseções com a educação e com

o trabalho. Uma neuropsicologia que, em sua idiosincrasia, dialogue com a neuropsicologia mundial, avançando cada vez mais na compreensão acerca da complexidade inerente ao fenômeno humano. (HAZIN et al., 2018, p. 1151)

Estas palavras de Hazin *et al.* (2018) reforçam a importância da compreensão destes conceitos teóricos para a prática do profissional psicólogo, assim como seu envolvimento nas lutas de transformação social. Compreensões parciais sobre a experiência humana fogem à totalidade e concretude da mesma, de modo que isso se reflete numa concepção fragmentada dos fenômenos e numa atuação profissional distante da realidade. A compreensão dos conceitos teóricos pela dialética materialista nos fornece análises que consideram as interações e determinações histórico-sociais na constituição da subjetividade, aproximando o profissional psicólogo de uma psicologia mais concreta.

5.2 Donald Woods Winnicott

5.2.1 Teoria do desenvolvimento Paterno-Infantil

Em sequência às investigações acerca de como a psicologia tradicional trata a relação entre a subjetividade e o modo de organização social, buscaremos, neste subitem, resgatar as investigações e teorizações junto à teoria de Donald W. Winnicott e suas contribuições na discussão sobre os processos de maturação e desenvolvimento infantil. A teoria Winnicottiana traz reflexões sobre a função ambiental na formação dos processos psíquicos e do ego, por isso é escolhida como uma das áreas de estudo do presente trabalho.

Winnicott D. (1945), em ensaio intitulado “Desenvolvimento Emocional Primitivo” inicia as discussões sobre sua teoria do desenvolvimento, que surge das provocações encontradas na atuação clínica com 10 pacientes psicóticos em meio a Segunda Guerra Mundial. Para o autor existem aspectos anteriores a serem considerados no desenvolvimento emocional infantil que não estavam sendo considerados pela psicanálise e teorias do desenvolvimento anteriores a ele, por isso o nome “primitivo”.

Para essas teorias destacadas por Winnicott D. (1945), a vida emocional iniciaria a partir dos 5-6 meses de vida, quando o bebê demonstra sinais de conseguir estabelecer relações objetivas com o mundo externo. Um exemplo muito citado pela psicanálise e por Winnicott em seu ensaio, diz respeito ao momento em que os bebês insistentemente soltam os brinquedos que tem em mãos, pois sabem que ele será resgatado por seus cuidadores e devolvido, demonstrando, portanto, uma noção inicial do efeito que a sua ação pode produzir no mundo e a expressão de seu desejo. Winnicott D. (1945) discordará dessa afirmação, pois

não haveria inicialmente a possibilidade de traçar um paralelo exato entre habilidade motora e desejo, mas compreende que o bebê aprendeu a se livrar daquilo que obteve, demonstrando, assim, uma noção inicial daquilo que é o bebê e aquilo que não é o bebê, que vem do externo.

Essa postura crítica de Winnicott sobre o desenvolvimento, em “O Ambiente e os processos de maturação” (1960), chama atenção pelas críticas ao método de Freud ao estudar a infância. Para Winnicott (1960), o processo de análise de adultos envolve a escuta e interpretação de fatos guiados pela memória e construídos a partir da fantasia e narrativa, o que não se aplica ao estudo infantil. Seria necessário observar de perto as crianças e seu desenvolvimento, assim como fez Melanie Klein, uma das maiores influências para a teoria Winnicottiana. É nesse sentido que o autor contribui com as teorias do desenvolvimento infantil, analisando a relação dos cuidadores e seus filhos desde o momento do nascimento, ao qual chama de Desenvolvimento paterno-infantil (Winnicott D., 1960). O termo por si só já demonstra uma preocupação de Winnicott em considerar que o desenvolvimento ocorre em algum lugar entre cuidadores e infantes, ou até mesmo que inicialmente não há distinção entre o que é infante e o que é a mãe e posteriormente o pai, para as configurações de família mais estudadas na época.

O lactente e o cuidado mater juntos formam uma unidade. Certamente se vai se estudar a teoria do relacionamento paterno-infantil tem que se chegar a uma decisão sobre esses assuntos, que se relacionam com o sentido real da palavra dependência. (Winnicott, D., 1960, p. 40, cap.3)

Nesse sentido, Winnicott caminha para a defesa de uma unidade entre mãe e bebê, ou seja, não há um se não existir o outro. O autor nesse momento parece fazer um resgate e crítica a outras abordagens da psiquiatria que ainda utilizavam de uma lógica formal para constituir as teorias sobre desenvolvimento e, conseqüentemente, formação da subjetividade. Entendemos que o raciocínio do autor usa da lógica dialética quando descreve a unidade mãe-bebê, a qual exprime o real significado da palavra dependência, que para o infante representa existir ou não existir. Os desdobramentos dessa consideração são grandes dentro da teoria winnicottiana. O primeiro grande momento acontece ao refletir sobre os mecanismos de defesa explicitados pela teoria Freudiana e contribuída pelos estudos de Melanie Klein. Para esses dois autores os mecanismos de defesa encontrados no trabalho clínico surgiam em correspondência a ansiedade da perda do objeto de afeto infantil, entretanto para Winnicott essa ansiedade era fundamentada no medo do aniquilamento,

causado pela ausência do cuidado materno e das condições de sobrevivência (Winnicott D., 1960).

Vejam que Winnicott nega a ansiedade da perda do objeto de afeto pelo bebê como algo sentido por ele na fase específica de seu desenvolvimento, pois para as capacidades, habilidade e configuração fisiológica do lactente naquele momento, o que o bebê poderia estar sentindo é uma ansiedade em relação ao desconhecimento sobre os incômodos fisiológicos e o não atendimento das necessidades de sua sobrevivência. A teoria Freudiana citada por Winnicott (1960) está olhando para um evento que ocorre na infância a partir das habilidades cognitivas, emocionais, linguagem e raciocínio de um indivíduo em outro estágio do desenvolvimento, que pode atribuir significado à vivência em outro momento do desenvolvimento. Por isso, a experimentação com o cuidado materno e as condições impostas pelo corpo do lactente nesse período tão inicial do desenvolvimento é o único *meio* disponível para a criança vivenciar. É, portanto, a única forma de se estudar o início da vida: na relação com seus cuidadores.

Nesse sentido, a partir do cuidado materno, Winnicott construirá sua teoria do desenvolvimento paterno-infantil. Em “O desenvolvimento emocional primitivo” (1945), são destacadas 3 fases principais da jornada do infante: 1) A Integração, processo responsável por construir no infante um senso de unidade e existência, construído pelos hábitos de cuidado estabelecidos entre mãe e bebê; 2) A Personalização, momento responsável por dar início à um senso de individualidade; e, por fim, 3) Realização, o estágio final em que o infante passa a conceber a apreciação do tempo e espaço. O terceiro momento chama atenção por destacar que o infante passa a ter concepções de tempo e espaço e provavelmente consegue conceber eventos acontecendo no passado, presente e futuro. Ou seja, é possível hipotetizar que, a passagem pelos outros dois estágio foi formadora, por exemplo, da capacidade de vivenciar e perceber a história, mesmo que em sua microexpressão (a história da criança com seus pais, por exemplo), que posteriormente passaria para uma compreensão mais ampla e direta dos modelos macrossociais. Entretanto, os modelos microssociais, como família, escola, entre outros, ocorrem dentro de um contexto social organizado, no caso de Winnicott e do Brasil, o modelo de produção capitalista.

Passaremos a entender, então, como Winnicott define esses períodos do desenvolvimento. Em “O ambiente e os processos de maturação” (1960) o autor explicita com mais detalhes a unidade mãe-bebê. As fases anteriormente citadas são substituídas pelos conceitos de dependência absoluta, dependência relativa e independência dentro da jornada do infante, ademais, há um potencial herdado de vida ao qual os cuidados maternos e

paternos ativam e orientam em direção à independência do infante. O período de dependência absoluta é marcado pelo *holding*, uma série de cuidados maternos disponibilizados pela mãe ao infante, que nesse momento somente consegue psicossomatizar suas funções corporais e são todo o universo do bebê; o *holding*, a partir de sucessivas projeções de cuidado materno, inicia um processo de construção de uma película que separa o “Eu” do “Não- eu” para o infante (Winnicott D., 1960). É nesse momento que surge a ansiedade do aniquilamento, pois para o autor, os incômodos sentidos pelo bebê como fome, frio, dor, significam uma pausa ou interrupção na existência do bebê e o *holding*, ao prover a sustentação e realização das necessidades fisiológicas provê sustentação para a formação do ego. (Winnicott D., 1960).

A formação do ego é explicitada por Winnicott no capítulo 4 de “O ambiente e os processos de maturação” (1960), a sustentação do ego é formado a partir da relação suficientemente boa da mãe com seu bebê. Em outras palavras, prover os cuidados maternos, como alimentação, conforto, segurança, sustentam um processo de integralização do ego, ou talvez a consolidação da película citada no capítulo 3. Os desejos e fisiologia são categorizados como Id nesse momento, e o ego é aquilo que gera unidade para o sujeito, ou seja, há a formação de um sujeito “psicossomático” agora, quando as necessidades corporais e psicológicas se tornam uma unidade (Winnicott D., 1960). Pode-se afirmar que inicia-se um processo de formação de um sujeito relativamente dependente dos pais e que futuramente será independente deles.

É interessante ressaltar que a partir dessas considerações é possível dizer que, mesmo não dizendo diretamente sobre as relações entre dimensão social e formação do sujeito, nos textos de 1945 e 1960, embrionariamente e indiretamente o autor destaca uma indissolução do processo de maturação e da relação social estabelecida com os pais. Basta agora investigar, se Winnicott manteve essa unidade com o meio e explorou os modos de organização social na formação do sujeito. Mesmo que centrada na relação mãe-bebê, até o momento, é possível que com contribuições de outras obras do autor, outros autores e de outras abordagens possamos expandir os conceitos winnicottianos futuramente. Ademais a jornada do infante entre dependência até a chegada na independência levantam questões sobre o que acontece com a unidade “mãe-bebê”, ela é dissolvida a partir da formação do ego? Ela é transposta para uma outra unidade dialética com o meio familiar extenso, depois para o meio social macro? O que manteria os sujeitos, agora superada a condição de dependência relativa, à sociedade?

Sintetizando, a teoria de Winnicott constrói-se apoiada na crítica das teorias psicanalíticas anteriores que não se debruçaram sobre a observação clínica cautelosa de bebês

e crianças, e conseqüentemente não consideraram o estágio dos 5 primeiros meses de vida do recém nascido na formação emocional do mesmo. Até o momento na teoria winnicottiana não encontra-se menção ou desenvolvimento, pelo menos não diretamente, sobre a introjeção da cultura ou os impactos da organização social no desenvolvimento emocional do infante. A relação “mãe-bebê” aparenta preparar a criança para o desenvolvimento de um psiquismo saudável, aquele que consegue diferenciar o que é o eu do não-eu e a formação de uma película/membrana que permitirá as trocas entre o mundo interno com o externo.

Entretanto, não há elaboração sobre qual mãe está sendo referenciada na tese de Winnicott, mas é possível discutir, considerando o contexto histórico de sua produção, que estamos falando de uma configuração familiar burguesa do século XX. A figura da mãe aparece como a cuidadora, que deve se adaptar quase que completamente às exigências de sobrevivência do bebê, o pai aparece como uma figura secundária garantidora e mantenedora do ambiente onde a mãe oferece o seio, por exemplo, sendo assim chamados de “mãe suficientemente boa”.

Winnicott (1960) afirmou que o infante não faz distinção sobre pai e mãe nesse momento do desenvolvimento, para o bebê todo o conjunto de cuidados é encarado como a mãe suficientemente boa. É relevante destacar que Winnicott desenvolveu sua teoria com base em estudos de casos clínicos com infantes e suas famílias, portanto, há um recorte produzido pela própria metodologia escolhida. Apesar de o modo de organização social ainda não aparecer dentro da teoria winnicottiana diretamente, nos atemos a essa “organela” psíquica que possui o potencial de mediar as relações sociais, tudo indica que ela será futuramente a responsável pelas informações sociais adquiridas pelo lactente.

5.2.2 O paradoxo de Winnicott e os objetos transicionais

Winnicott (1975) faz uma grande atualização da sua teoria, com o livro “O Brincar e a Realidade”. Resgatando a própria lógica do autor constatada na introdução da obra, a cultura ou experiência cultural não havia recebido o enfoque necessário em suas produções passadas. Ao refutar sua tese de 1951, sobre a relação com objetos transicionais, o autor pretende atualizar as discussões feitas com novos debates encontrados em suas pesquisas empíricas. Na tese anterior, o autor apresenta o conceito de “objetos transicionais”, que seriam responsáveis por fundar a primeira relação objetal do infante, em outras palavras a primeira relação entre o “eu” e o “não-eu”. Entretanto, Winnicott percebe a necessidade de atualizar este enunciado estudando mais profundamente a relação dos bebês com os objetos transicionais.

Antes de explorarmos a importância dos objetos transnacionais, é preciso enunciar o paradoxo criado por Winnicott que resultou no achado dos objetos transicionais. Durante suas pesquisas o autor se debruçou fortemente sobre o caráter do encontro entre o bebê e o seio, questiona-se: o lactente primeiramente encontra o seio na realidade objetiva ou o lactente primeiramente imagina o seio? Caso a resposta seja o bebê encontra o seio, a relação mãe-bebê não seria propriamente uma relação, por outro lado seria impossível imaginar o seio sem ter contato com ele antes. A mãe, portanto, posiciona o seio exatamente onde o bebê o imaginaria e o encontraria, gerando uma área de ilusão onde o bebê se confunde com o seio da mãe. Winnicott (1975) afirmou que não possuía interesse em solucionar este paradoxo, para o autor há uma vantagem em manter essa tensão acontecendo dentro de sua teoria para que novas questões sejam criadas. Para esse estudo, a não solução do paradoxo traz mais uma evidência de que Winnicott mantém seus estudos focalizados na relação entre o indivíduo e o meio, mesmo que com suas contribuições a posteriori possam indicar resultados diferentes.

Essa contradição interna da teoria Winnicottiana irá preparar o terreno para as próximas conclusões do autor sobre o desenvolvimento social do infante. A relação de unidade mãe bebê, até o momento, se desenvolve a partir dos cuidados suficientemente bons, que garantem o suporte para a integralização do lactente em uma pessoa e, a partir da construção de seu mundo interno, passar a enxergar o mundo externo. Entretanto, o autor reivindica:

Minha reivindicação é a de que, se existe a necessidade desse enunciado duplo, há também a de um triplo: a terceira parte da vida de um ser humano, parte que não podemos ignorar, constitui uma área intermediária de experimentação, para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a vida externa. Trata-se de uma área que não é disputada, porque nenhuma reivindicação é feita em seu nome, exceto que ela exista como local de repouso do para o indivíduo na perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, ainda que inter-relacionadas (Winnicott, “O Brincar e a Realidade”, cap. 1, p. 12, 1975)

A refutação da própria tese do autor acontece ao identificar a necessidade de um terceiro enunciado compreendido por um fenômeno que ocorre antes da aquisição da habilidade de perceber o mundo externo e a concepção de um mundo interno da mãe pelo bebê. Os objetos e fenômenos transicionais, que não apareciam nas obras de 1960 e 1945, recebem plena atenção neste capítulo e nascem da contradição encontrada pelo autor entre o imaginar e o encontrar da realidade objetiva. Nesse momento, Winnicott está tratando de práticas e hábitos que surgem próximos ao período de lactação e são únicas de cada lactente, podem ser exemplificados pelo chupar o dedo ou a mão (auto-erotismo), assim como chupar

ou cheirar um paninho ou eleger um brinquedo de pelúcia para acariciar. É todo movimento do bebê de encontrar algo que na nossa concepção advém do mundo externo, mas que para o bebê não é tão claro sua origem, o objeto transicional se posiciona dentro da área de ilusão proporcionada pela mãe ao bebê, fazendo com que essa área se desloque gradualmente para o mundo externo (Winnicott, 1975).

Os objetos e fenômenos transicionais, portanto, são responsáveis por solidificar essa terceira parte da vida, pois neles estão circunscritos a contradição “eu/não-eu”, “mãe/bebê”, “mundo interno/mundo externo”, e por não serem nem um nem outro constróem esse terceiro espaço de livre circulação do ser, onde não há preocupação entre o ser ou o não ser (Winnicott, 1975). Indo além, ao fazer um resumo sobre as qualidades dos objetos transicionais, Winnicott afirma:

Seu destino é permitir que seja gradativamente descatexizado, de maneira que, com o curso dos anos, se torne não tanto esquecido, mas relegado ao limbo. Com isso quero dizer que, na saúde, o objeto transicional não 'vai para dentro'; tampouco o sentimento a seu respeito necessariamente sofre repressão. Não é esquecido e não é pranteado. Perde o significado, e isso se deve ao fato de que os fenômenos transicionais se tornaram difusos, se espalharam por todo o território intermediário entre a 'realidade psíquica interna' e 'o mundo externo, tal como percebido por duas pessoas em comum', isto é, por todo o campo cultural. (Winnicott, “O Brincar e a Realidade”, cap. 1, p. 17, 1975)

A relação do bebê com os objetos transicionais, portanto, inicia-se com um significado muito específico atrelado à existência do bebê e de seus pais e gradualmente se dissipa dando lugar a uma potência de experimentar a realidade objetiva e cultural, podendo suportar o fardo do “não existir”. Ao objeto transicional é dada a capacidade de adentrar ao espaço intermediário entre mundo interno e externo, solidificando o espaço entre eles, mas não o rompendo. Uma vez introduzidos ao território intermediário, é nos objetos e fenômenos transicionais que Winnicott (1975) assenta a capacidade de adquirir símbolos, experimentar a cultura. E possivelmente a organização social.

No entanto, por mais que Winnicott discorra e contribua amplamente para o debate da cultura na psicanálise com seus estudos mais recentes, quando explicita a unidade fundamental de sua teoria não a faz de modo a considerar a história e organização social nessa unidade. A criança somente experimenta cultura após formado o espaço intermediário, isso significa que há elementos anteriores à formação da cultura no desenvolvimento infantil, pois esta responderá a lógica interna do local intermediário caso seja bem desenvolvido. Nesse sentido, quando afirma sobre a unidade mãe-bebê, Winnicott contribui para desnaturalizar concepções de um psiquismo inato presente nas teorias psicanalíticas clássicas mas o mantém em um local individualizante da experiência cultural. Entretanto, é necessário que

haja mais investigação sobre a teoria de Winnicott para afirmar este resultado com precisão. Os objetos e fenômenos transicionais não parecem ser construtos para ignorar ou descartar, uma vez que irão compor a construção de outro conceito Winnicottiano analisado na próxima sessão.

Em síntese, em nosso entender, ao descrever o desenvolvimento a partir de uma unidade entre mãe e bebê, Winnicott se aproxima do conceito histórico-cultural de desenvolvimento em unidade com os processos sociais, considerando que a mãe é um ser social. Ou seja, para Winnicott, o indivíduo é indissociável de seu meio social primeiro, o qual desenvolverá capacidades que o acompanharão por todo o desenvolvimento. Em primeira instância, a contradição entre encontrar o seio materno e imaginar/fantasiar sobre ele, se caracteriza como um construto teórico que possibilitaria para Winnicott considerar a organização social dentro da formação subjetiva do infante. Entretanto, o que ocorre é a atribuição de um terceiro elemento chamado de “local intermediário” como o construto psicológico responsável por possibilitar a vida cultural do indivíduo. Ao dar mais detalhes sobre esse local, afirma que a cultura seria vivenciada dentro dele por aproximação ou afinidade com as organizações sociais e a cultura (Winnicott, 1975).

Essa afirmação na teoria Winnicottiana pode dar indícios de que não existiria relação entre indivíduo, cultura e organização social antes do desenvolvimento deste local. Nesse sentido, Winnicott se distancia da psicologia crítica pois aparentemente considera que o sujeito primeiramente precisa se dissociar da unidade mãe-bebê através dos objetos e fenômenos transicionais para então viver a cultura. Não deixa explícito, portanto, que a unidade mãe-bebê está inserida em um modo de organização social formalizado pela histórica coletiva ao qual a mãe e sua família pertencem e se organizam para suprir as exigências desse contexto.

5.2.3 O Brincar e a Realidade

Essa seção tomará como base a explicitação do último construto da teoria de Winnicott que recebeu atenção dentro dessa pesquisa. Talvez se caracterize como o mais importante dentre eles quando lembrados os objetivos deste estudo. No entanto, só conseguiremos compreendê-lo com o aporte de outros conceitos da teoria winnicottiana, quais sejam: “mãe suficientemente boa”, “holding”, “objetos transicionais”, “campo de ilusão”, “local intermediário” e o próprio paradoxo de Winnicott. Em resumo o Brincar pode ser considerado a unidade de todos os conceitos previamente estudados e também o ponto central de distanciamento de Winnicott de uma psicanálise clássica.

Para Winnicott (1975) o Brincar tem grande importância até mesmo no tratamento psicoterapêutico de adultos, pois esse construto é responsável por desvelar e apresentar ao terapeuta as relações entre o mundo subjetivo e o mundo objetivo que estão sendo feitas pela pessoa atendida. Ademais, há no brincar um caráter universal que aparece em todas as crianças ao qual pôde trabalhar, levando-o a concluir que o brincar é uma forma de trazer o mundo externo ao mundo individual da criança (Winnicott, 1975)

O brincar se forma, portanto, inicialmente através do relacionamento com a mãe, que posicionada num local de contradição “entre ser tudo o que o bebê pode encontrar e ser ela mesma”, passa a proporcionar um tensionamento entre a onipotência experimentada pelo bebê e a possibilidade de experimentação com o real (Winnicott, 1975). É nesse momento que vemos uma articulação teórica de Winnicott em relação aos cuidados suficientemente bons e o paradoxo que dá origem ao campo de ilusão e a função dos objetos transicionais. Essa articulação recebeu o nome de “local potencial” e se refere ao movimento materno de apresentação da realidade objetiva ao bebê que primariamente só consegue conceber o subjetivo (Winnicott, 1975). A partir dessa relação o bebê passará a experimentar uma certa “magia”, ou seja, a possibilidade de experimentação do real e ação sobre ele, que resulta num processo de confiança com a mãe, o determinado Playground Intermediário (Winnicott, 1975).

A brincadeira é extremamente excitante. Compreenda-se que é excitante não primariamente porque os instintos se acham envolvidos; isso está implícito. A importância do brincar é sempre a precariedade do interjogo entre a realidade psíquica pessoal e a experiência de controle de objetos reais. (Winnicott, 1974, *O Brincar e a realidade* p. 79)

A brincadeira então pode ser categorizada tanto como uma resposta aos instintos internos, como também uma forma de orientação da realidade psíquica sobre a realidade objetiva para Winnicott. Após adquirir esse caráter direcionável da realidade psíquica para a realidade objetiva, o bebê passa conseguir ficar só com outra pessoa, pois “brinca” ao fazer o movimento de recordar da pessoa de afeto ao qual aprendeu a movimentação do real, uma vez que ainda não suporta a realidade do “eu/não-eu” (Winnicott, 1975). No brincar está localizado a passagem daquilo que se aprendeu com o objeto primeiro, no caso a mãe, para o exterior, ou seja, uma forma de incorporação da realidade objetiva nas ações determinadas pela realidade subjetiva. É a partir do efeito dos objetos transicionais e do campo de ilusão materna, que o bebê passa a começar a conseguir circular por outros locais simbólicos e, por isso, começa a conseguir brincar com outras pessoas e objetos.

No brincar está contido toda contradição entre o “mundo interno” e “externo” da criança, mas não se localiza em nenhum dos dois, por isso possibilita a passagem e utilização dos eventos externos para uma realidade comum com o indivíduo (Winnicott, 1975). Pode ser considerado, portanto, como a ação do indivíduo no seu contexto que traz sentido à sua história pessoal, destaca motivações e desejos, orienta sua ação e formaliza identidade dentro dos contextos que experimentará na sua vida. Winnicott (1975) afirma ainda que o processo psicoterapêutico é a sobreposição de duas áreas do brincar (do terapeuta e do paciente), nos casos onde o paciente não o consegue, deve-se resgatar a capacidade de brincar.

Fica implícito à obra, que Winnicott considera o brincar como algo muito além da brincadeira sistematizada. O brincar, dentro desse recorte teórico, é o conceito Winnicottiano que contém todos os processos de formação do sujeito. Nele está contida a relação do indivíduo com seus pais, sua formação, seus instintos (lidos aqui como excitações fisiológicas) e a realidade objetiva e faz isso ao passar de um estágio onde a ansiedade de aniquilamento é a regra, para um contexto onde enxerga a distinção do “eu” e “não-eu”, podendo suportá-la.

A origem no local potencial com a mãe, destaca para Winnicott mais uma vez que a unidade entre sujeito e meio social se mantém circunscrita pela brincadeira, mesmo que a formação da capacidade de brincar seja criada unicamente pela relação com o cuidado suficientemente bom e o processo de desilusão gradual materno. Neste momento, não há, por mais que pareça, referência a uma forma de organização social que impacta como essa relação mãe-bebê ocorre, ao contrário disso, é relegado à ação individual materna (ou da família) a responsabilidade pela formação das estruturas sustentadoras do ego.

Nessa direção, por mais que a brincadeira abarque o social e Winnicott tenha destacado sua origem nem interna e nem externa, a brincadeira não parece ser uma forma de orientar a ação humana que mantém o meio social como unidade orientadora da construção das necessidades humanas. O Brincar pode ser encarado como uma livre circulação dos símbolos internos e externos para a criança, não destaca nesse momento, que a essência e as motivações da atividade social humana se fundam na própria relação com o meio social. O ponto de distanciamento entre a psicologia crítica e a psicologia tradicional, representada por Winnicott, está na forma como a organização social adentra a obra do autor. Winnicott poderia ter chegado em conclusões parecidas com a psicologia crítica, caso a organização social fosse uma preocupação metodológica para o autor, mas, nesse recorte teórico não ocorre de forma explícita, acaba por determinar que o social responde à uma atomística do psiquismo e circula dentro do espaço intermediário. Isso significa que o brincar, portanto,

acontece a partir de uma relação unilateral com o meio social, onde a criança reproduz simbologias a partir de uma estrutura formada no estágio anterior.

5.3 Jacques-Marie Émile Lacan

Jacques Marie Émile Lacan foi um psicanalista francês nascido em 1901 em plena *belle époque*. Formado em medicina defendeu sua tese de doutorado em 1932, intitulada “Da Psicose Paranóica em suas Relações com a Personalidade”. O autor se construiu enquanto psicanalista em um momento em que a psicanálise estava debruçada na Psicologia do Ego, priorizando o fortalecimento e compreensão dessa dimensão de análise em detrimento do inconsciente. Lacan se distancia desse enfoque egóico e se interessa pela constituição e formação do inconsciente, nesse sentido aproxima a psicanálise das ciências humanas, assimilando questões de cunho filosófico, antropológico, surrealista e da linguística, posteriormente da matemática e lógica. Apesar dessas contribuições, o psicanalista se identificava como um comentador de Sigmund Freud (1856-1939) e propõe um retorno ao idealizador da psicanálise, concomitante com a superação de sua fundação nas ciências biológicas dada a formação médica de Freud.

Durante sua aproximação com a teoria psicanalítica, Lacan ofertou seminários semanais que foram frequentados por diversos estudiosos, dentre eles Lévi-Strauss, Michel Foucault, Jean-Paul Sartre e Gilles Deleuze, o que possibilitou uma troca de saberes e construção mais totalitária do conhecimento. Além disso, sua tese de doutorado reverberou em artistas surrealistas como Salvador Dalí e Pablo Picasso, demonstrando que suas formulações e observações não eram restritas aos interesses dos psicanalistas da época, mas reverberaram em outros campos de conhecimento. Essas influências e trocas que Lacan desenvolveu se devem, em parte, ao contato com os escritos de Georges Politzer (1903-1942) que propunha e tensionava a importância de construção de uma psicologia concreta, a partir da conclusão de que a ordem social estaria no bojo da ordem psicológica (SIMANKE, 2002). Assim, uma análise real e concreta da realidade psíquica deveria ser atravessada pela concretude das relações interpessoais e da organização social.

Partindo das análises freudiana acerca da sexualidade infantil, Lacan busca expandir a compreensão de construção do sujeito para além dos aspectos biológicos e sua relação restrita ao núcleo familiar. O autor propõe que outros fatores estão presentes nessa construção como a linguagem, a cultura e o simbólico, isso porque, na clínica o que pode ser oferecido pelo método psicanalítico é um espaço de escuta, que englobe esses aspectos da vida subjetiva. De

acordo com Dunker (2017)¹, uma das grandes contribuições lacanianas se deu em consonância com a Antropologia Estrutural de Lévi-Strauss, que compreende uma organização teórica baseada nas trocas de linguagem como unidade de compreensão do social, a partir de conceitos como parentesco, relações econômicas e sociais. Lacan propõe que o inconsciente é estruturado enquanto linguagem, com todas as suas particularidades culturais, sociais e simbólicas e suas implicações e formas de expressão individuais. Dessa forma, compreende que a construção do sujeito está baseada na linguagem, construída a priori do indivíduo, definindo a construção subjetiva implícita nas trocas sociais com o outro, fundamentada na cultura e no social. Nesse sentido, o autor começa a destacar a importância das relações sociais na construção da subjetividade.

Lacan dedicou parte dos seus estudos e teorias para compreender o processo de constituição do sujeito. Constituição esta que é compreendida como uma junção de diversos fatores com diversos atravessamentos. Inicialmente, o estudo da formação subjetiva advém da compreensão do campo social, depois das relações e complexos familiares e posteriormente do espelho, como representantes dos fenômenos do psiquismo (BASTOS, 2015). De acordo com Motta (2021)², essa constituição psíquica é um processo que ocorre em diferentes instâncias, com funcionamento, regras e leis específicas, sendo sempre inacabada e se organizando em determinada ordem com estranha e particular temporalidade.

Vale ressaltar que o psicanalista é contrário à ideia de um desenvolvimento contínuo, natural e linear, em oposição propõe que o sujeito se estruture a partir das relações que estabelece consigo e com outros, em sua exterioridade (BASTOS, 2015). Para Lacan, os sujeitos são causados pela linguagem. Podemos afirmar que, para além de sua estrutura de significantes, a linguagem transmite as regras e organizações da sociedade em seus aspectos abstratos e concretos. Visando uma melhor compreensão das relações familiares e sua importância para constituição dos sujeitos, Lacan apresenta alguns conceitos importantes, como alienação, separação, estágio do espelho e os complexos familiares.

5.3.1 Complexos familiares

A partir da importância que Freud atribui à família para a construção da subjetividade, Lacan propõe que esse processo de formação também seja mediado por fatores culturais no núcleo familiar e seus personagens. Esses fatores organizam e dominam os complexos,

¹ DUNKER, Christian. Os 4 discursos de Lacan- Falando nisso 82. Publicado em 11 de janeiro de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FAPE8-L8orE&t=127s>>

² MOTTA, Sonia. Tempos de constituição psíquica. Publicado em: 16 de novembro de 2021. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=u2-5U-fKKd8>>

entendidos “como algo que estabelece uma ligação em um conjunto de reações, incluindo desde a emoção até a adaptação ao objeto” (BASTOS, 2015, p. 92). Em 1938, Lacan publicou o livro “Os Complexos Familiares” no qual propõe que os complexos (desmame, intrusão, estágio do espelho e Édipo) são, antes de uma formação originária como propunha Freud, uma situação social que se origina a partir de identificação, que através do movimento constituíram o mundo de fantasias. Nesse sentido, podemos identificar a importância da organização social na construção da subjetividade, a partir de como as famílias se organizam de forma heterogênea. Em oposição a Freud, Lacan compreende que se há algo biológico nesse momento seria a formação da família e não dos complexos (SIMANKE, 2002).

Fundamentado em sua relação com a antropologia, Lacan corrobora com a concepção de que a família é a unidade de composição de qualquer sociedade, sendo a instituição responsável pela transmissão da cultura, que a partir do discurso parental promove o simbólico e os processos de desenvolvimento psíquico no sujeito em construção (SIMANKE, 2002; BASTOS, 2015). Para além da transmissão da cultura, a família compõe, geralmente, as primeiras figuras de contato do sujeito com o mundo externo e concreto, sendo ela responsável pela passagem dos valores sociais. Para o psicanalista francês, os complexos são constituídos por representações inconscientes, imagos, que “refere-se a um esquema imaginário no qual o sujeito visa o outro, podendo objetivar-se em imagens ou sentimentos” (p. 93), assumindo papel fundamental na formação do psiquismo (BASTOS, 2015).

O complexo do desmame é compreendido por Lacan como a primeira crise do psiquismo e está relacionado com a imago materna, fundando os primeiros sentimentos dessa relação. De acordo com a leitura realizada por Bastos (2015), o desmame poderia ser comparado com o mal-estar presente no nascimento, demandando que o sujeito lide com a insatisfação na ausência da amamentação. Posteriormente, a imago materna precisa ser sublimada para favorecer a entrada em novas relações com o grupo social. Essa relação entre a satisfação e insatisfação está intrinsecamente relacionada ao outro, que vem a responder uma demanda que acredita ser da criança, iniciando a comunicação. Assim, Bastos aponta que “não se trata apenas de uma demanda de necessidade alimentar, mas de uma demanda já mediada e endereçada ao Outro, àquele com quem passa a ter uma comunicação simbólica” (p. 95). Essa demanda é correlata a entrada do sujeito no universo do desejo, concomitante a construção da subjetividade

A realidade psíquica é a dimensão própria do desejo, mas o desejo não tem objeto na realidade. Lacan vai reafirmar essa ideia dizendo que a dimensão do desejo está ligada a uma falta que não pode ser preenchida por nenhum objeto real e que o

desejo só pode surgir em uma relação ao Outro [Outro que é o lugar da linguagem e dos significantes] (nota da autora, p. 95)

A partir dessa separação entre desejo e necessidade, o sujeito em construção se depara com sua própria falta e com seu desejo advindo dela, assim, passa a se constituir e identificar como objeto do desejo do Outro. Após essa primeira crise anunciada pelo aceite ou recusa do desmame, Lacan propõe o complexo de intrusão, período entre o desmame e o Édipo. Nesse momento, o sujeito em construção se percebe e se identifica em confusão com o outro e no reconhecimento no grupo familiar (BASTOS, 2015). De acordo com a autora, investigações psicanalíticas apontam essa fase como o início de sentimentos como ciúmes, agressividade e identificação mental, promovendo o início do estágio do espelho.

Desse modo, embora Lacan tenha teorizado sobre a relação e influência da família na construção da subjetividade como produtora da falta e do desejo, não há menção a como diferentes famílias operariam nesses complexos, ou como o modo de produção social de vida interfere na entrada ao registro simbólico. Assim, sua teoria aponta processos intersubjetivos quase que universais e naturais aos seres humanos.

5.3.2 Estádio do espelho e os registros

O estágio do espelho é um conceito aperfeiçoado por Lacan resultante da articulação com as teorias propostas por Henri Wallon (1879-1962) (BASTOS, 2015), da etologia e da Gestalt (BROUSSE, 2014). Esse estágio pode ser compreendido como o momento de transformação em que o sujeito assume uma imagem (BASTOS, 2015). De acordo com Lacan, o estágio de espelho corresponde a

[...] um drama no qual o impulso interno vai precipitar-se da insuficiência para a antecipação. O autor, nesse momento, refere-se à insuficiência em relação à ausência de representação do próprio corpo pela criança, uma vez que sabemos que para esboçar-se enquanto imagem, e imagem unificada, ela tem que passar por uma série de discriminações. Já a antecipação pressupõe um domínio do corpo no nível do simbólico, das representações mentais, sendo a imagem do outro a sua própria imagem antecipada (p. 99, BASTOS, 2015)

Embora o estágio do espelho faça referência a uma imagem do sujeito, não se trata de sua imagem ou corpo real. Isso porque o sujeito não projeta a própria imagem de si, mas introjeta a imagem construída pela família, ou cuidadores principais, com seus desejos, anseios e ideais, construindo assim uma imagem ilusória daquele que está no processo de unificação do corpo (BASTOS, 2015). Cabe ressaltar que essa imagem, dado que também se

constrói no social, será atravessada por fatores inconscientes e é perpassada por questões de raça, gênero e classe.

Nesse complexo, o sujeito se vê confundido e alienado na imagem que lhe é proposta, mas ainda sem reconhecimento próprio nessa imagem. Durante esse complexo é esperado que o sujeito, que se compreende enquanto um corpo despedaçado e que sente os estímulos de maneira desassociada, perceba sua totalidade corporal e comece a desenvolver sua própria ideia de si. Esse momento é identificado por Lacan como posterior à dialética que o sujeito experiencia, por um lado vivencia sensações no corpo, mas as compreende enquanto desconectadas entre si, por outro lado, essas partes desconexas começam a relacionar-se formando uma unidade, inicialmente alienada e virtual.

Apesar desse complexo resultar na percepção unitária do corpo do sujeito, essa conquista da imagem pessoal é processual e se divide em algumas etapas que acontecem gradualmente. Bastos (2015) aponta que, inicialmente, o sujeito se confunde com o outro que apresenta a imagem virtual, “esse primeiro momento marca o assujeitamento ao registro imaginário e é caracterizado pela apreensão da imagem como se fosse um outro real” (p. 100). Em um segundo momento, o sujeito pode diferenciar a imagem real da imagem virtual no espelho, para no terceiro momento, identificar que aquela imagem virtual é a de seu corpo.

Essa imagem estruturada a partir da representação da totalidade de um corpo é o que promove a identidade do sujeito (BASTOS, 2015). Dessa forma, a imagem que um sujeito começa a construir sobre si e o outro é baseada nas representações que esse semelhante assume sobre si e sobre o bebê. Cabe aqui pontuar que essa representação não é neutra e receberá influência de sua posição no social. Essa relação da criança com o outro é a possibilidade de construção da realidade do sujeito, que será perpassada pela posição que estes ocupam na organização social. Assim, o sujeito para se constituir enquanto tal precisa se alienar, inicialmente, a imagem que o outro tem dele, imagem esta que está alienada a representação que o social constrói desses sujeitos.

5.3.3 Alienação e Separação

Concomitante ao estágio do espelho, outros processos interpessoais ocorrem para que a subjetividade possa ser constituída, dentre eles a alienação e separação. O estágio do espelho ocorre pela vulnerabilidade do indivíduo que está surgindo, o bebê, por nascer totalmente dependente de seus cuidadores, está submetido a eles e precisa desse Outro “como alguém capaz de dar sentido e significado à experiência e à existência do bebê” (SAKIYAMA & CAMPOS, p. 28, 2016). Devido a esses cuidadores reconhecerem o bebê enquanto sujeito,

nesse primeiro esboço do eu da criança, importante para que o mesmo se reconheça, ocorre o primeiro momento da alienação, essencial para que a subjetividade se alicerce. O sujeito que está por vir precisa se submeter ao registro imaginário dos cuidadores para que seja futuramente e ao registro simbólico, em uma troca de significantes (NASCIMENTO, 2010). No estágio do espelho, a criança começa a ter uma noção de sua unidade corporal, mas não é uma concretude de si, mas da relação com o outro, esse primeiro narcisismo abre possibilidade para o ego ideal e essa relação tende a operar durante a vida (SAKIYAMA & CAMPOS, 2016).

A criança, enquanto sujeito a se constituir, chega ao mundo no real, sendo um vazio, um corpo sem subjetividade e dependente, para posteriormente receber um banho de linguagem e se submeter a ela. A compreensão de que a criança chega ao mundo enquanto vazio antes do encontro com o Outro, com sua linguagem e significantes, implica que “o sujeito é criado pelo fato desse encontro” (NASCIMENTO, p. 3, 2010). O bebê precisa se submeter a essa linguagem, que advém por meio dos cuidadores, para que possa vir a ser. Nesse ponto, embora Lacan não tenha explicitado, cabe a ressalva acerca de qual linguagem específica e quem são os vetores dessa linguagem, que no entendimento desse trabalho, será distinta conforme a sociedade vivida.

Assim, a alienação pode ser compreendida como correlata ao encontro do indivíduo com a linguagem (NASCIMENTO, 2010) e a primeira submissão que o bebê precisa aceitar (sem outras possibilidades) para conseguir se encaixar na cadeia de desejo dos cuidadores e vir a ser, dado que a existência é um produto da linguagem (FERREIRA, 2018a). De acordo com a leitura de Ferreira (2018a) sobre o conceito lacaniano, a criança precisa trocar o real de seu corpo pelo significante do outro que a olha, cuida, fala e a torna sujeito, mesmo desaparecendo frente ao significante do Outro. Ocorre então que o sujeito se funda a partir dessa significação, nomeação do que antes era o vazio (NASCIMENTO, 2010).

Esse significante é correspondente ao nome escolhido para a criança, esse nome a retira do lugar do vazio e a aloca dentro do desejo dos cuidadores, o bebê passa então a ocupar o lugar da falta desses sujeitos (FERREIRA, 2018a). Por ocupar esse lugar de falta, a criança é investida de libido e isso é essencial para que seja cuidada, falada e apresentada à linguagem. No entanto, para que isso ocorra a criança precisa se submeter e se desenvolver sob esse lugar que ocupa de falta e como representante desse nome e desejo familiar, não sendo possível uma escolha frente a esse assujeitamento. Embora essa escolha não seja uma possibilidade real, dado que é imprescindível para que o sujeito se construa, não se trata de um processo passivo, é necessário que haja uma conexão entre os pólos envolvidos

(NASCIMENTO, 2010). Essa percepção insere na criança o entendimento de que há algo dentro e fora dela, distinção entre o campo do ser e do discurso (NASCIMENTO, 2010). Aqui também vale uma observação acerca de qual família Lacan está teorizando, apesar do autor não problematizar, entendemos que o lugar de desejo que o bebê ocupa na família será distinto conforme a organização familiar e seu lugar na organização social.

Por estar alienado ao desejo e linguagem do Outro, ao bebê serão atribuídas determinadas características recobertas por significações, pois o sujeito é aquilo que o significante representa para outro significante, ou seja, o sujeito é causa do desejo do outro, esse processo, enquanto cria o sujeito também o apaga por demandar que esteja imerso no Outro, com suas leis e significantes (NASCIMENTO, 2010). O problema que surge a partir da alienação é que o sujeito não seja restrito a essa marca que lhe é dada, mas que possa se separar dela e ser.

Esse processo de separação começa a ser possível quando o cuidador primário afasta seu desejo da criança e começa a demonstrar que há outros objetos que podem ocupar seu lugar de falta (FERREIRA, 2018b). De acordo com Freud, isso acontece pela figura do pai, que Lacan nomeia como Nome-do-pai. Nesse momento, o cuidador começa a apresentar sua falta para a criança, indicando que ela não mais o preenche completamente. Esse processo gera angústia no bebê que começa a se questionar quem é no desejo do outro, ou seja, se esse outro tem outros interesses, que lugar ocuparia. Esse questionamento é imprescindível para que a criança comece a se perceber enquanto ser faltante, que não pode ocupar lugar de objeto de desejo e começa a se perceber enquanto sujeito desejante. De acordo com Lacan, essa incompletude que a criança percebe em si é o que permite o vir a ser sujeito, fazendo “a travessia de um espaço de indiferenciação para um espaço de diferenciação, consiga buscar o que lhe falta” (SAKIYAMA & CAMPOS, 2016, p. 36). A partir desse distanciamento entre a criança e o Outro, surge o objeto a, dando corpo àquilo que falta, correspondente à capacidade de simbolização e do registro simbólico no sujeito, condição para entrar no meio social e cultural que está inserido.

5.3 Lacan e o capitalismo

Esse trabalho objetiva analisar como Jacques Lacan compreende a construção da subjetividade humana desde sua origem. Dado o enfoque do estudo nas primeiras experiências do sujeito, na primeira infância, estudamos conceitos que norteiam esse momento da constituição do sujeito. Como explicado anteriormente, Lacan compreende que o desenvolvimento humano progride em etapas concomitantes, por meio dos Complexos

familiares, o Estádio do espelho e os processos de alienação e separação, entre outros. Embora o autor compreenda e valide a importância que a família tem nesses processos, no início de sua obra não há uma alusão clara sobre a origem dessa família, em seu aspecto social e cultural.

Nos parece que Lacan, apesar de teorizar sobre a relação entre linguagem (social) e subjetividade, não indica como os diferentes modos de produção de vida e a organização social são condicionantes para a construção dos sujeitos. Há algo quase natural na sua concepção de sujeito, como se esse primeiro momento de contato com a cultura e sociedade fossem universais, independente de sua organização. No entanto, essa redução da obra lacaniana não seria condizente com sua obra. Apesar de não ter explicado como sua teoria sobre a constituição do sujeito acontece em outras formas de organização da sociedade, o psicanalista francês não se mostrou alienado às implicações de sua época.

Como leitor de Karl Marx, desde a juventude, Lacan estava ciente que a forma como as sociedades se organizam impacta a subjetividade dos indivíduos. Enquanto Marx teorizou sobre a realidade social como produto do sistema capitalista, Lacan especulou as implicações do sistema na realidade psíquica (LUSTOZA, 2009). Logo em 1968, Lacan aponta a influência do pensamento marxista em sua teoria do campo do gozo. A partir do conceito de mais-valia, Lacan propõe o mais-gozar,

Partindo de um referencial lacaniano, torna-se possível afirmar que essa transferência de parte das horas de trabalho do operário para o senhor capitalista funciona como uma renúncia ao gozo, uma perda pelo proletário da possibilidade de usufruir de parte dos produtos de seu trabalho. “O que Marx denuncia na mais-valia é a espoliação do gozo” (LACAN, 1969-1970/1992, p.76). Há perda de gozo na medida que o trabalhador passa boa parte de seu dia trabalhando além do que ele precisaria para sobreviver, na medida que ele tem sua existência roubada sacrificando preciosas horas de sua vida de mortal ao senhor capitalista. (LUSTOZA, 2009, p. 45)

Esse gozo sacrificado seria acumulado, sem acesso aos sujeitos, promovendo uma nova economia libidinal. Segundo Lacan, essa perda de gozo será recuperada em outro nível, não no gozo pela perda, mas obtido pelo consumo das mercadorias, essa falta constante sentida pelos sujeitos será restituída pelo consumo (LUSTOZA, 2009). Como vimos anteriormente, a criança se constitui em sua subjetividade a partir do entendimento que é um ser faltante, ou seja, desejante. Assim, o trabalho, enquanto possibilidade de realização humana, também constitui um espaço para construção de desejo, no entanto, no sistema capitalista, “a singularidade do trabalhador vai sumindo, devorada pela homogeneização do mundo e pelo apagamento das diferenças que o capitalismo vai produzindo” (LUSTOZA, 2009, p. 48).

A função do trabalho, que foi modificada ao longo da história, acarreta implicações na subjetividade dos sujeitos. Com o advento do sistema capitalista, o aumento do desemprego e a instabilidade nos empregos ocupados, os sujeitos precisam se reinventar em suas profissões, há uma equivocada comemoração pós-moderna pela suposta liberdade subjetiva que esse processo acarretaria, no entanto, há uma demanda pela criação constante de novas subjetividades (LUSTOZA, 2009). Ainda de acordo com a leitura lacaniana da autora (2019), a lógica interna do capitalismo produz sujeitos faltantes e insatisfeitos, que buscam incessantemente objetos que nascem obsoletos (produzidos e ofertados no mercado).

No entanto, ao contrário da mais-valia, ao capitalista, assim como ao proletariado, também é negado o acesso ao mais-gozar. O capitalista também tem seu gozo restrito, ao desejar cada vez mais capital e consumo, Lacan sugere que essa forma de relação seria vigente a todos os sujeitos dentro do sistema, assim propõe o discurso capitalista. Entre os seminários XVI e XIX, Lacan desenvolveu suas ideias acerca dos quatro discursos: (a) discurso do mestre, (b) universitário, (c) histérico e (d) do analista.

Inicialmente, cabe ressaltar que discurso, de acordo com Lacan, é compreendido enquanto “uma forma linguística desde sempre já saturada de gozo e marcada pelos impasses históricos de um vivente concreto” (DARRIBA & D’ESCRAIGNOLLE, 2017), ou seja, tem relação com os aspectos históricos, políticos e econômicos da sociedade, designando formas possíveis de laço social. Esses laços são possíveis e necessários frente à compreensão que os sujeitos precisam do social, suas relações e do Outro para sobreviver, seja psíquica ou concretamente. Embora proposto enquanto uma variação de discurso, Lacan não compreende o discurso capitalista como produtor do laço social, mas sim como um laço de enfraquecimento do social, dado que nesse discurso não nos dirigimos ao Outro em busca de relações, mas almejando objetos (LUSTOZA, 2009).

Ainda que Lacan tenha analisado o sistema capitalista como produtor de um novo discurso social, novas subjetividades e implicações para o campo do gozo e do desejo, o autor corrobora com Freud e discorda de Marx, ao duvidar que a tomada de poder ou a mudança da ordem social produziria “qualquer subversão do sujeito capitalista” (OLIVEIRA, p. 17, 2004). Isso se dá pois a mais-valia acaba por dividir o sujeito ao vender seu trabalho, o trabalhador então não é mais idêntico a si, mas pertence ao mercado. Nesse ponto, pensando na construção da subjetividade, parece haver uma alienação, em termos lacanianos, onde o sujeito precisa deixar algo de si para entrar na relação com o outro (mercado), passando a ocupar um lugar de significante na cadeia produtiva e de trocas mercadológicas.

Consequentemente, acentuando sua falta e seu desejo, que são apropriados pelo mercado e vendidos com a promessa de satisfação plena pelo consumo.

5.4 Aproximações e distanciamentos da Psicologia tradicional e a Psicologia crítica

Os representantes da Psicologia tradicional aqui estudados, sejam eles a Neuropsicologia, Donald Winnicott ou Jacques Lacan, não negam a importância dos estímulos e condições do meio social para o desenvolvimento e construção da subjetividade humana. As três vertentes psicológicas apontam para a essencialidade das relações com o meio social para o desenvolvimento da subjetividade, sem o qual não seria possível o ser humano se tornar sujeito.

Na tabela abaixo destacamos os conceitos centrais dos autores estudados para que possamos comparar e sintetizar os resultados apresentados até aqui.

Tabela 1. *Conceitos centrais nas vertentes da Psicologia tradicional sobre a construção da subjetividade e sua relação com o modo de organização social*

	Conceitos centrais sobre construção da subjetividade	Conceitos centrais sobre o modo de organização social	Relação entre sociedade e formação da subjetividade
Donald Winnicott	Mãe suficientemente boa; holding; objetos transicionais; local intermediário; espaço de ilusão; espaço potencial; brincadeira.	local intermediário possibilitaria a vivência cultural; brincadeira.	O brincar surge como conceito que articula o mundo interno e externo do indivíduo, mas não pertence a nenhum deles. Tem formação apriorística a partir dos cuidados maternos suficientemente bons. O social adentra o território do brincar e nele é encaixado a partir dos símbolos adquiridos na relação materna.
Jacques Lacan	Complexos familiares; Estádio do espelho; Complexo de Édipo; Alienação e Separação	Teoria dos quatro discursos; Discurso capitalista;	A psicanálise lacaniana não detalha especificamente sobre a influência do sistema de produção vigente na construção da subjetividade, apenas de modo geral sobre a importância dos valores sociais e culturais no processo. No entanto, posteriormente, ele disserta sobre essa influência na subjetividade já construída
Neuropsicologia	Neurociência Social; Cérebro Social; Cognição Social	Alguns modelos apontam que o ambiente e a sociedade são componentes	As teorias estudadas apenas mencionam que os aspectos sociais fazem parte do processo de formação do sujeito, mas não

		importantes na formação do sujeito e se relacionam com outros componentes cerebrais e cognitivos, mas essas ideias não são especificadas e exploradas de maneira concreta nos textos estudados.	apresentam essa discussão de maneira detalhada. Não foi explicitado que o modo de organização social faz diferença na subjetivação.
--	--	---	---

No entanto, a Psicologia tradicional aqui representada não explicita como o modo de produção social afetaria (ou não) a construção subjetiva dos indivíduos, como fica explícito nas psicologias críticas, das quais trazemos uma longa, mas necessária, citação de Leontiev (2017) para exemplificar:

As necessidades dos homens estão determinadas pelas condições sociais de vida. No entanto, em um indivíduo concreto, ainda que o desenvolvimento de suas necessidades dependa de suas condições pessoais de vida, estas últimas estão condicionadas, de todo modo, pelas relações sociais e pelo lugar que tal indivíduo ocupa nesse sistema de relações. Nas condições da sociedade dividida em classe, os membros da classe explorada têm uma possibilidade muito limitada para satisfazer suas necessidades, que não podem ter um desenvolvimento amplo. Ao contrário, as pessoas que pertencem à classe exploradora têm as mais amplas possibilidades materiais para satisfazer suas necessidades, inclusive sua situação de classe engendra nelas com frequência um desenvolvimento monstruoso e até uma desfiguração das mesmas. Com o desenvolvimento da sociedade socialista, criam-se condições essencialmente diferentes para o desenvolvimento das necessidades, e, com a passagem para a sociedade comunista, na qual pela primeira vez na história, as necessidades humanas têm a possibilidade de se desenvolver por completo e em todos os sentidos, terão sua expressão individual e peculiar para cada pessoa determinada. (LEONTIEV, 2017, p. 45)

Evidencia-se, com a citação acima, a preocupação do autor com o modo de organização social e constituição da subjetividade humana, o que não identificamos nas psicologias tradicionais analisadas. Essas três vertentes parecem partir do princípio de que o sistema está dado e não apontam como suas teorias se relacionam com outras formas de organização social.

Em relação à Neuropsicologia, os autores estudados neste trabalho não mencionam que o modo de organização social faz diferença na subjetivação, e não apresentam discussões acerca do modo de produção capitalista vigente. Esses autores citam que aspectos sociais são componentes importantes do processo de formação do sujeito, mas não apresentam essa discussão de forma concreta. Beauchamp (2017) reconhece que os processos sociais e

cognitivos são complexos e que a Neuropsicologia deve estudar os indivíduos e o meio como partes de um único sistema (de forma que não podem ser separados um do outro), mas o campo da Neuropsicologia ainda parece bastante fragmentado, frequentemente trazendo estudos apenas das partes componentes de certos sistemas.

Quando os estudos e modelos da Neuropsicologia trazem o meio social, as explicações parecem considerá-lo mais como um ambiente imutável e exterior ao indivíduo. Para Vigotski, entretanto, o meio social é dinâmico e mutável, e desempenha o papel de fonte de desenvolvimento das características humanas. Vigotski aponta que os indivíduos não desenvolvem as suas qualidades se estiverem fora da relação com a sociedade, pois é no meio social que estão as particularidades históricas necessárias para o desenvolvimento humano (PRESTES & TUNES, 2018). Nos estudos lidos da Neuropsicologia, parece haver uma carência de explicações que considerem a dinamicidade do meio e a relação dialética entre este e o indivíduo.

Dessa forma, podemos afirmar que a Neuropsicologia se aproxima da Psicologia Tradicional, como proposta por Carvalho (2020) na introdução deste trabalho, uma vez que traz uma visão atomística e fragmentada de estruturas cerebrais que se conectam, sem apresentar, de forma clara, como se dá o desenvolvimento do indivíduo enquanto sujeito. Além disso, estudos nesse campo parecem sugerir que o psiquismo se desenvolve a partir de processos e estruturas internas dos indivíduos, embora os textos mencionem que esses processos são afetados — de forma não especificada — pelo contexto social. Assim, parece que a Neuropsicologia se distancia da Psicologia Crítica ao não apresentar análises que considerem o sujeito em sua totalidade e na sua dinamicidade em relação ao seu contexto histórico-social.

Ademais, a partir do recorte teórico feito em Winnicott, observa-se algo interessante. Há uma aproximação quase que completa do que destaca Carvalho (2020) como sendo uma psicologia tradicional. Winnicott manterá uma estrutura psíquica característica da psicanálise, formulando assim uma concepção atomística ou elementar sobre o psiquismo. No entanto, altera a forma como ela é construída, que não mais virá de fatores internos e sim de uma relação entre o bebê e o cuidado materno, na figura da mãe suficientemente boa. É ela, portanto, que dá formato e característica aos movimentos que o bebê faz em direção à realidade objetiva, demonstrando uma preocupação com a relação dialética entre indivíduo e social.

Entretanto, Winnicott não se mantém ao que encontrou na realidade objetiva e passou a fazer postulação e abstrações sobre o psiquismo humano, numa tentativa de apreendê-lo

imediatamente e não em seu movimento, o que pode ser exemplificado pelo “espaço de ilusão” (Tabela 1). Nesse sentido, Winnicott pode ser considerado um representante da psicologia tradicional, mesmo que apresente características distintas. A incorporação de uma concepção voltada a relação indivíduo-meio podem ser consideradas muito mais inovações no modelo da psicologia tradicional, do que um alinhamento propriamente dito com a psicologia crítica.

Nessa direção, a concepção de organização social não aparece para Winnicott de forma direta. A possibilidade de apreensão e vivência da organização social como preocupações - tanto para seu objeto de estudo quanto para sua metodologia - aparecem após a formação de uma estrutura psíquica chamada de “espaço intermediário” e, posteriormente, a brincadeira. O meio externo, como o meio cultural e social, apenas compõem essas estruturas e adentram nelas, o indivíduo as manipula para construir sua história. O que mudará a relação qualitativa do indivíduo com seu meio é essa estrutura bem formalizada e, por consequência, a organização social perde a potência de exigir do sujeito o desenvolvimento das atividades sociais. Por esse motivo, a organização social é um plano de fundo da teoria de Winnicott, há uma preocupação em como o sujeito apreende ela, mas não há uma movimentação em direção às suas determinações na subjetividade humana.

Em relação ao psicanalista francês Lacan, sua obra não esclarece como o capitalismo condiciona e determina as possibilidades de construção subjetiva. Há uma valorização do contexto social, a partir dos valores, ideais e linguagem, que são apresentados ao sujeito em desenvolvimento através dos cuidadores primários. No entanto, por não haver um recorte que identifique a construção da subjetividade por meio dos complexos familiares e entradas nos registros como algo exclusivo à sociedade estudada pelo autor, caberia a interpretação de que esses processos seriam universais.

Embora a relação entre subjetividade e o sistema de produção vigente apareça posteriormente em sua obra, com a teoria dos discursos e laços sociais, Lacan parece propor que a subjetividade se construiria de maneira similar em todas as sociedades humanas, cabendo ao capitalismo mediar os laços sociais e reconfigurar a subjetividade humana, frente às representações da falta humana e a construção de desejos. Nesse sentido, caberia ao capitalismo, seus discursos e suas condições materiais apenas lapidar o sujeito e sua subjetividade já iniciados.

Lacan parece se aproximar do que propôs Carvalho (2020) sobre a psicologia tradicional. A partir do entendimento elementar e atomístico do desenvolvimento do psiquismo e da teoria de que, apesar de depender do meio social e cultural, o psiquismo

derivaria principalmente de processos internos ao humano. Por exemplo, no processo que ocorre no estágio do espelho, cabe ao meio apresentar o bebê, no entanto, cabe a ele desenvolver os processos de unificação corporal e diferenciação entre seu corpo e o outro. Por outro lado, na alienação caberia ao meio, como representante do Outro, alienar o bebê aos seus desejos, para posteriormente, na separação, o sujeito se desvencilhar desse significante que lhe foi dado na alienação.

6. Considerações finais

O presente estudo objetivou investigar em três autores da psicologia tradicional a forma como explicam a relação entre o modo de organização social e a formação da subjetividade humana, tendo em vista que tal compreensão tem implicações para a prática profissional do/a psicólogo/a, assim como no seu engajamento em lutas sociais que visem a transformação das condições de vida de todos/as. Como exposto durante o trabalho, não foi possível encontrar menções explícitas acerca da relação entre o modo de organização social e a formação da subjetividade nos textos estudados da Psicologia tradicional, embora haja a valorização da importância do meio social nesse processo.

Embora haja essa valorização, talvez não seja suficiente para desenvolver o pensamento crítico dos profissionais da área e seu consequente engajamento nas lutas sociais. Considerar o meio social como possibilitador do desenvolvimento humano é imprescindível, no entanto, a análise crítica não pode parar nessa compreensão generalista e universal. Se faz necessário, visando uma prática crítica e não alienadora, que os profissionais possam debater e compreender como o capitalismo, enquanto sistema excludente, promove e determina quais condições materiais e concretas são possíveis (ou não) para a construção da subjetividade humana. Assim, o pensamento crítico da realidade promove uma atuação que considera o sofrimento e demandas humanas enquanto relacionadas diretamente com a organização social e não apenas como questões individuais.

Em relação às limitações deste estudo, é importante mencionar que as análises aqui feitas consideraram um recorte teórico da Psicologia Tradicional e da Psicologia Crítica, de forma que representa apenas uma parcela da totalidade de cada campo. Avanços, atualizações e novas perspectivas podem ter surgido com base em estudos mais recentes sobre a temática, mas não foram abarcados por esta pesquisa. Nesse sentido, estudos futuros podem explorar os autores e seus campos de forma mais extensa e aprofundada, de modo a se aproximar mais da totalidade concreta.

8. Referências bibliográficas

- BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. A construção da pessoa em Wallon e a constituição do sujeito em Lacan. 2 ed, São Paulo, Escuta, 2015.
- BEAUCHAMP, Miriam H. Neuropsychology's Social Landscape: Common Ground With Social Neuroscience. **Neuropsychology**, Vol. 31, No. 8, p. 981–1002, 2017.
- BOCK, Ana Mercês Bahia. A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para la psicologia atual. **Psicologia para América Latina**, Vol 1, p. 1-10, fevereiro, 2004.
- BOZHOVICH, Lúdia Ilinitchna. La personalidad y su formación en la edad infantil: Investigaciones Psicológicas. **Pueblo y Educación**. 15 ed. No 604 1981
- BROUSSE, Marie-Hélène. Corpos lacanianos: novidades contemporâneas sobre o Estádio do espelho. **Opção Lacaniana online nova série**, Vol. 5, No 15, p. 1- 17, novembro. 2014.
- CANGUILHEM, Georges. O que é a psicologia? **Tempo Brasileiro**. ed. 1. p. 104-123. 1973
- CARVALHO, Bruno Peixoto. O que é a Psicologia Concreta? Reflexões politzerianas em torno do problema da crise da psicologia. **Interação em Psicologia**, Vol. 24, No 03, p. 329- 339, agosto, 2020.
- DARRIBA, Vinicius & D'ESCRAGNOLLE, Mauricio. A presença do capitalismo na teoria dos discursos de Lacan. **ÁGORA**, Vol. 20, No 2, p. 543-558, mai/ago. 2017.
- FERREIRA, Saulo Durso. Alienação e Separação - Curso Lacan do Zero: Aula 6 (Parte 1). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JUU-tqFyxVk>> 2018a
- FERREIRA, Saulo Durso. A falta da falta - Curso Lacan do Zero: Aula 6 (Parte 2). Publicado em: . Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rxG8dPVYcw0>> 2018b
- HAZIN, Izabel; FERNANDES, Isabel; GOMES, Ediana; GARCIA, Danielle. Neuropsicologia no Brasil: passado, presente e futuro. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Vol. 18, No 4, p. 1137-1154, 2018.
- KOLB, Bryan & WHISHAW, Ian Q. Fundamentals of Human Neuropsychology. Worth Publishers; Seventh Edition, 2015, ISBN-10: 1429282959, ISBN-13: 978-1429282956

- LAURENTI, Carolina, LOPES, Carlos E., ARAUJO, Saulo F. Pesquisa teórica em psicologia: aspectos filosóficos e metodológicos. São Paulo: Hogrefe. 2016.
- LEONTIEV, Aleksei Nikolaevitch. As necessidades e os motivos da atividade. In: LONGAREZI, Andréa Maturano; PUENTES, Roberto Valdés. (orgs). **Ensino Desenvolvimental - Antologia Livro 1**. Coleção Biblioteca Psicopedagógica Didática. EDUFU, 2017.
- LUSTOZA, Rosane Zétola. O discurso capitalista de Marx a Lacan: algumas consequências para o laço social. **ÁGORA**, Vol. 12, No 1, p. 41-52, jan/jun. 2009.
- MARTINS, Lígia Márcia & LAVOURA, Tiago Nicola. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**. p. 223-239, 2018.
- NASCIMENTO, Marcos Bulcão. Alienação, separação e travessia da fantasia. **Opção Lacaniana online nova série**, Vol. 1, No 1, p. 1-15, março. 2010.
- OLIVEIRA, Cláudio. Capitalismo e gozo: Marx e Lacan. **Tempo da Ciência**, Vol. 11, No 22, p. 9-24. 2004.
- PRESTES, Zoia, TUNES, Elizabeth. Sete Aulas de L. S. Vigotski Sobre os Fundamentos da Pedologia. Editora E-Papers; 1ª edição. 2018. ISBN-10: 8576505703. ISBN-13: 978-8576505709.
- SAKIYAMA, Carolina & CAMPOS, Érico Bruno Viana. Alienação e criatividade na constituição da subjetividade: contrapontos entre Lacan e Winnicott. **Revista de Psicologia da UNESP**, Vol. 15, No 1, p. 26-39, 2016.
- SIMANKE, Richard Theisen. Metapsicologia lacaniana: os anos de formação, 1 ed, Curitiba, Editora UFPR, 2002.
- VYGOTSKI, Lev Semenovitch. Problemas del desarrollo de la psique. **Obras Escogidas: Vol. 3** Madrid, España: Visor.1995
- WINNICOTT, Donald Woods. **Da Pediatria à Psicanálise**, 1 ed, Rio de Janeiro, Imago, 2000
- WINNICOTT, Donald Woods. **O Ambiente e os processos de maturação**, 1 ed, Porto Alegre, Artmed, 1983

WINNICOTT, Donald Woods. **O Brincar e a Realidade**, 1 ed, Rio de Janeiro, Imago, 1975